

Tribuna Operária

ANO VII - Nº 243 - DE 18 A 24 DE NOVEMBRO DE 1985

Cr\$ 1500

As urnas reclamam maiores mudanças

Na imensa maioria das capitais, o povo votou nos candidatos das mudanças, que apóiam a Nova República. A grande excessão ficou por conta de São Paulo, onde a direita triunfou, apesar de escassa vantagem. O PT, com sua campanha "diferente de tudo" foi um auxiliar destacado de Jânio. O PDS saiu massacrado em plano nacional. Igualmente repudiados pelo povo foram os reformistas seguidores de Giocondo Dias. Em Recife, numa impressionante demonstração de garra, as forças populares derrotaram os direitistas aliados com o governo estadual do PFL e deram a vitória a Jarbas Vasconcelos. Em Sergipe e Salvador os candidatos democráticos deram uma lavada na reação. Os comunistas participaram com grande empenho nas campanhas dos candidatos progressistas vitoriosos.

Pag. 3 e 10



Foto: Sidney Passarinho

A força do povo enfrentou a poderosa máquina da direita e consagrou Jarbas Vasconcelos em Recife.

EDITORIAL

Rumo à Constituinte

A Nova República enfrentou nas urnas o seu primeiro grande teste político. Revelou-se neste confronto a profundidade da luta entre progressistas e conservadores, e o resultado indica um acirramento ainda maior daqui para frente. As forças democráticas e populares demonstraram vitalidade e alcançaram vitória na imensa maioria dos municípios. Mas certos golpes da direita e das correntes diversionistas indicam falhas graves a serem corrigidas e, sobretudo, a necessidade de mais ousadia e mais amplitude no esforço para conquistar as mudanças. O próximo combate, que é um desdobramento direto deste dia 15 de novembro, será o da Constituinte, onde as grandes questões nacionais darão toda a tônica

Na verdade a disputa pelas prefeituras já significou o primeiro embate rumo à Constituinte. As forças em choque lutavam pela prefeitura mas tinham sempre em vista o alvo maior, que diz respeito às transformações em plano nacional. Daí exatamente a imensa concentração de recursos dos reacionários para dar a vitória a Jânio Quadros em São Paulo. E por isto também a euforia já manifestada por Paulo Maluf, o anúncio de Orlavo Setúbal como candidato a governador do Estado e de Aureliano Chaves como pretendente ao Palácio do Planalto. Neste cenário também é que se pode avaliar a imensa responsabilidade do PT ao facilitar à direita um apoio tão poderoso na sua pretensão de dominar a Constituinte, impedir as mudanças e galgar a Presidência da República.

Além do empenho da direita e dos diversionistas do PT e do PDT, ao fazer o balanço das eleições municipais e lançar-se na batalha pela Constituinte é imprescindível considerar os equívocos nas fileiras democráticas. A hora é de mudanças e é este o sentimento inequívoco do povo. Mas as vacilações dos

governantes até o momento frustraram muitas expectativas, e inclusive deram armas para os adversários da democracia. Para não ir longe, por que não se aprovou a eleição em dois turnos, reconhecidamente mais democrática? E por que adotou a discriminatória orientação de vetar os atuais prefeitos de participar da disputa? Por que tantas protelações na remoção do entulho autoritário, na aprovação da lei dos partidos etc? Por que a vacilação em atacar a dívida externa e, ao mesmo tempo, a tentativa de barrar o trimestral aos trabalhadores? Por que o temor de ampliar a frente única e a discriminação em relação aos comunistas? Todas essas coisas repercutem na apreciação que o eleitor faz na hora de escolher um candidato.

A luta pela Constituinte, muito mais do que a disputa que ora se encerra, mobilizará intensamente a opinião pública. E será o mote das discussões durante todo o ano de 86, a começar de agora. Será um movimento de massas que desembocará no processo eleitoral daqui a um ano e que inclusive extrapolará os limites da própria Assembléia Constituinte. Além de eleger os representantes propriamente para a Constituinte, os comunistas, os democratas consequentes, as forças populares, terão que prosseguir no esforço comum pela unidade e pela mobilização das massas no sentido de impulsionar as transformações progressistas.

Em contrapartida, a direita estará a postos para frear o país, deter a democracia, sufocar o processo iniciado com a diretas, retirar o povo das praças públicas e impedi-lo de opinar e participar das decisões nacionais. Os falsos esquerdistas, os socialistas morenos de Ipanema, por seu lado, continuarão explorando todas as brechas, todos os equívocos dos democratas, para desmoralizar a Nova República e dificultar a unidade popular, prestando outros serviços à direita além da prefeitura de São Paulo.

O saldo da greve dos 500 mil em S. Paulo

No balanço da greve unificada fica patente a vitória dos trabalhadores paulistas. Além da conquista de algumas melhorias econômicas, a classe operária obteve uma significativa vitória política. Os reflexos já se fazem sentir no meio sindical. A disposição de luta nas fábricas é bem maior e aumenta a procura da atividade sindical. Página 7

PT usa a Polícia contra a Tribuna

Na desatinada investida contra as forças democráticas, o PT solicitou a apreensão da Tribuna Operária e processo contra diretores. Pág.4



O golpe sujo da Convenção 87 da OIT

A ratificação da Convenção 87 poderá representar um forte incentivo à divisão do movimento sindical brasileiro. Veja na página 5 qual o real objetivo desta norma internacional, como ela surgiu e quais os estragos que causou em outros países do mundo.

O racismo na época de Zumbi e hoje

No 290º aniversário de morte do herói de Palmares, os negros continuam discriminados. Pág.9

A tese safada do "equilíbrio de forças entre as superpotências"

EUA e URSS lançam mão do mesmo argumento para impor ao mundo suas vontades.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Manoel Cravo

Conversa de surdos entre EUA e URSS

Nos dias 19 e 20, Reagan e Gorbachev reiniciam as conversações sobre a corrida armamentista na primeira "reunião de cúpula" desde 1979. Por trás dos discursos "pacifistas" de ambas as partes, as superpotências tratam de redefinir o patamar em que se mantém, agora, o "equilíbrio estratégico" com que ameaçam o resto do mundo.

Somente neste ano, o mundo reservou 800 bilhões de dólares para gastos militares. Metade desta quantia será gasta pelas duas superpotências. A URSS aumentou seu orçamento militar de 17 bilhões de rublos, em 1984, para 19 bilhões, este ano. No quinquênio 71-75, os soviéticos elevaram suas despesas com os preparativos de guerra em 28%; no quinquênio 81-85, em mais 17%.

Os EUA, por sua vez, vêm engordando ano a ano as verbas para Defesa, desde a posse de Reagan na Casa Branca, em 1981. Nos últimos anos, o Pentágono gastou uma média anual de 200 bilhões de dólares, e pede 314 bilhões para o orçamento de 1986. Ainda em março, o Congresso liberou 1,5 bilhão para a produção dos mísseis MX; agora, Reagan trata de obter mais dinheiro para o controvertido projeto "guerra nas estrelas".

...E FALAM DE PAZ...

Quem não conhecesse esta atividade febril, essa corrida desenfadada às armas, poderia até acreditar no que dizem os líderes das superpotências. Tanto Reagan como Gorbachev e seus antecessores do Kremlin juram permanentemente buscar a paz e o desarmamento. "Não aspiramos a vantagens unilaterais, sejam quais forem, relativamente aos EUA e aos países da OTAN", declarou o falecido dirigente soviético Konstantin Tchernenko, em março, pouco antes de se iniciar uma rodada de conversações entre os chanceleres americano e soviético.



"Uma guerra nuclear não pode ser vencida e jamais deverá ser travada. O estabelecimento de acordos de controle de armas significativos entre a União Soviética e os Estados Unidos tornaria o nosso mundo menos perigoso", afirmou Reagan em setembro de 1983, na abertura de uma sessão da ONU sobre desarmamento.

Não fosse a ação concreta, talvez fosse possível ter alguma esperança neste discurso. Mas o tempo que nos separa destas declarações fala por si só. Em 1984, a URSS instalou mísseis balísticos intercontinentais em seu território, violando o estabelecido nos acordos Salt 2. Já os Estados Unidos iniciaram a instalação de 572 mísseis Cruise e Pershing II, ambos de médio alcance, na Europa - eles farão frente aos 423 mísseis SS-20 soviéticos. Em agosto, ambas as superpotências testa-

ram mísseis Cruise de longo alcance.

ACORDOS PARA QUE?

Muita gente se pergunta: "mas então, para que tanta conversa, tantas negociações, se quando dão as costas cada um já está violando os acordos?" A história das conversações de paz entre a EUA e URSS não autoriza qualquer confiança em seus resultados. Em 1972, Nixon e Brejnev assinaram os tratados Salt 1, relativos a armamentos estratégicos. Em 1979, sete anos depois, Carter e Brejnev voltariam a assinar um tratado, desta vez o Salt 2. A diferença de um para o outro é que o segundo "legalizava" o patamar de armamentos alcançados com as sucessivas violações do primeiro. Desmoralizadas as conversações de paz, os EUA nem

seguir ratificaram o Salt 2, com o que a URSS sentiu-se no direito de "esquecer" as suas cláusulas.

Assim, chegamos hoje a uma situação ainda mais perigosa que a de seis anos atrás, quando aconteceu o último encontro de cúpula. Criou-se, de fato, um equilíbrio de terror entre as duas superpotências. De conversa em conversa, soviéticos e norte-americanos foram aumentando de tal maneira seus arsenais nucleares que detêm hoje a capacidade de destruir várias vezes o planeta (como se fosse necessário mais do que uma) e mantêm o resto do mundo sob a mira de seus foguetes.

ARMAS DÃO SEGURANÇA?

A verdade é que reside justamente neste "equilíbrio" entre

os dois grandes a maior ameaça que paira sobre a humanidade. É deste ponto de vista de negociar um "empate" nuclear que Reagan e Gorbachev vão a mesa esta semana, em Genebra. E se examinarmos com cuidado as belas declarações de americanos e soviéticos, veremos que é realmente esta a sua grande preocupação quando falam em "paz e desarmamento".

Na mesma ocasião, setembro de 1983, quando falou para a ONU, Reagan ameaçava: "Só poderemos garantir a segurança de nossas famílias, a liberdade e a paz de nosso país, se o inimigo souber que os EUA têm a coragem de se manterem fortes". Também a retórica dos soviéticos vangloria seu potencial nuclear como fator de garantia da paz, já que, como diz o jornal Pravda de 31/7/84, "na presente correlação de forças militares, caracterizada pela paridade aproximada entre EUA e URSS, o desejo de afetar a segurança da outra parte acaba prejudicando a segurança da primeira".

Escaladas armamentistas, aumentos de arsenais e pesquisas de novos meios de destruição, por um lado; conversações e tratados, por outro. Nas duas variantes, a essência da atividade das superpotências está voltada sempre para a "manutenção do equilíbrio" entre ambas. Apenas que a cada ano que passa o mundo se vê refém de dois bandoleiros carregados de armas cada vez mais destrutivas.

O novo encontro de "cúpula", desta vez entre Reagan e Gorbachev, não permite, portanto, grandes esperanças. Não demorará muito para que sejam violados os acordos, se é que se chegará a algum. E o mundo continuará a assistir as superpotências gastarem por ano 25 mil dólares para manter um soldado em outro país, enquanto apenas 450 dólares são destinados à educação de uma criança, como aconteceu este ano. (Silvio Queiroz)

500 mil espanhóis nas ruas contra a OTAN

Cerca de 500.000 pessoas participaram de manifestações em Madri e em várias outras cidades espanholas, no dia 10, encerrando uma semana de protesto contra a presença da Espanha na organização militar OTAN e pela retirada de 12.000 militares norte-americanos estacionados em quatro bases do país.

Um das principais promessas feitas pelo Partido Socialista do primeiro-ministro Felipe Gonzalez durante a campanha às eleições que o levou ao poder foi a realização de um plebiscito sobre a permanência ou não do país na OTAN, o que até hoje não foi feito.

Nova onda de repressão e assassinatos no Chile

Quatro pessoas morreram, 80 ficaram feridas - muitas delas a bala - e cerca de 1.000 foram presas durante os protestos dos dias 6 e 7 contra o regime militar do general Pinochet e pela libertação de 8 dirigentes sindicais e comunitários, presos há quase dois meses, sob a acusação de terem organizado a manifestação do início de setembro, quando 10 pessoas morreram durante a repressão policial.

Das pessoas presas, 29 foram enviadas para pequenos povoados do extremo norte do país, onde devem permanecer em "exílio interno" por 90 dias.

Por outro lado, o ex-embaixador norte-americano no Chile, Nathaniel Davis, em seu livro sobre a derrubada do presidente Salvador Allende, em setembro 1973 - recentemente lançado nos EUA - fala da participação do governo brasileiro do general Geisel no golpe encabeçado pelo general Pinochet. O então embaixador brasileiro em Santiago, Câmara Canto (já falecido), era amigo pessoal de Pinochet.

Os 164 "desaparecidos" do Uruguai estão mortos

A Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de investigar o que aconteceu com 164 uruguaios desaparecidos durante a ditadura militar (de 1976 a 1984) chegou à conclusão de que essas pessoas estão mortas e que "há 46 oficiais das Forças Armadas seriamente comprometidos". Os nomes desses oficiais não foram, no entanto, divulgados.

No mesmo dia 6, o senador da coalizão de esquerda Frente Ampla, Hugo Batalla, denunciava que um grupo de extrema-direita, com ramificações internacionais, está conspirando contra o processo democrático no Uruguai. Segundo fontes de Montevideu, essa organização, de inspiração nazista, é o Centro de Estudos da América e da Europa (CEADE), que tem filiais no Uruguai, Argentina, Chile e Brasil e cuja sede fica na Espanha.

Eleições marotas do ditador das Filipinas

Na semana passada o ditador das Filipinas, Ferdinand Marcos, anunciou sua "renúncia irrevogável" à chefia do governo, e antecipou as eleições presidenciais do país para 17 de janeiro próximo. Na verdade, foi um jogo político de Marcos, que pretende perpetuar-se no poder e, por isso, encenou a farsa da renúncia.

Pela Constituição das Filipinas, só podem ocorrer as eleições presidenciais quando há vacância do cargo. Daí o fato de Marcos renunciar. E daí também a sua marotagem: candidato a presidente, ele comunicou que, embora já tenha renunciado, só deixará o poder depois que o vencedor das eleições for proclamado "e qualificado como presidente ao fazer o juramento no cargo 10 dias depois de sua proclamação".

A oposição parlamentar filipina logo denunciou a tramóia do ditador. Os opositores pretendem empurrar as eleições para março, visando organizar melhor suas forças. Existe a possibilidade de Corazón Aquino, viúva do líder opositor Benigno Aquino - assassinado quando regressava no país em 1983 - sair como candidata única das oposições.

GOVERNO ISOLADO

O governo Marcos está em crescente isolamento. Manifestações com dezenas de milhares de populares têm sido uma constante no país. Marcos já chegou a ficar cercado, no palácio presidencial, pelos manifestantes revoltados. Sua resposta a essas mobilizações é a repressão indiscriminada. No campo, a guerrilha multiplica suas ações. Em 80% das províncias os guerrilheiros estão presentes. Somente em 1984, ocorreram 10 incidentes armados por dia no país.

Ferdinand Marcos depende cada vez mais do apoio dos EUA para perpetuar-se no poder - que já ocupa há 20 anos, completados no último dia 9. Antiga colônia ianque, as Filipinas até hoje abrigam duas bases militares dos Estados Unidos - a de Clark e a de Subic. A partir delas os imperialistas ianques têm acesso à porção oeste do Pacífico, ao



Diante das crescentes mobilizações populares, o ditador filipino Ferdinand Marcos (foto menor) convocou eleições para 1986

Oceano Índico, e o controle das rotas marítimas que ligam o Japão ao Golfo Pérsico. Reagan investe alto na manutenção da ditadura de Marcos. Para o ano que vem solicitou ao Congresso 100 milhões de dólares

para "ajudar" o ditador amigo, afora os investimentos militares que mantém nas Filipinas. É esse o pano de fundo para as eleições presidenciais do próximo ano, agora que Marcos "renunciou". (Carlos Pompe)



Exército patrocina banho de sangue na Colômbia

"Se o Exército tentar tomar o edifício, haverá um banho de sangue, por isso é preciso dialogar". "Suspendam o fogo, pois

estamos em perigo de morte". O governo do presidente Belisario Betancur não atendeu aos apelos feitos pelos juizes, pelo



O exército bombardeou o Palácio da Justiça no centro de Bogotá

telefone, à imprensa e às próprias autoridades governamentais, e aconteceu o que era temido desde a ocupação do Palácio da Justiça, em pleno centro de Bogotá, dia 6 por um comando de 35 guerrilheiros do M-19: o massacre de 95 pessoas - entre elas 12 dos juizes da Corte Suprema - durante a operação militar desencadeada pelas tropas do Exército.

O governo colombiano recusou-se a dialogar com os guerrilheiros, que pretendiam, com a tomada do Palácio da Justiça, o cumprimento de três exigências: a publicação de um manifesto pela paz em todos os jornais do país, a publicação de todas as atas de reuniões com a Comissão de Paz, Verificação e Diálogo (criada pelo governo para negociar o cessar-fogo

com a guerrilha) e a concessão de uma hora por dia nas emissoras de rádio para que o M-19 pudesse expor suas propostas de paz. (O M-19 assinou um acordo de trégua com o governo em agosto de 1984, mas o rompeu em junho deste ano, depois de acusar o governo de não estar cumprindo o cessar-fogo).

Indignados com a sangrenta operação levada a cabo pelo Exército, os juizes sobreviventes e os familiares dos 95 mortos (havia cerca de 500 pessoas no palácio quando ele foi tomado pelo M-19) se recusaram a participar dos funerais preparados com grande pompa pelo governo Betancur e todos os funcionários da justiça colombiana apresentaram sua demissão.

O Comitê de Direitos Humanos, presidido pelo ex-chanceler Alfredo Vasques Carriosa, afirmou ser "inexplicável que o presidente Betancur não tivesse ordenado o cessar-fogo; o presidente da Corte Suprema (um dos reféns mortos) é que tinha o mandato constitucional sobre o edifício ocupado, e além disso era indispensável levar em consideração as vidas das muitas pessoas que estavam ali".

"Não se detendeu a democracia e muito menos a lei, mas sim a arrogância do poder. Os militares tiveram um comportamento muito pior do que os guerrilheiros", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Empregados da Justiça Jaimeardo León.

Leia e estude os clássicos do marxismo

Marx	
A miséria da Filosofia	20.000
Contribuição à crítica da economia política	54.750
18 Brumário de Luís Bonaparte	34.250
Sobre a religião	58.800
A comuna de Paris	16.000
Engels	
Dialética da natureza	42.500
Anti-Dühring	43.000
Origem da família, da propriedade privada e do Estado	44.000
Do socialismo utópico ao socialismo científico	14.500
A questão da habitação	16.000
Lênin	
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	26.000
Imperialismo, fase superior do capitalismo	23.200
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo	15.000
Um passo a frente e dois atrás	27.540
Partido proletário de novo tipo	25.000
Outros autores	
Reforma ou revolução	
Rosa Luxemburgo	21.000
Praxedes, um operário no poder	
Moacir Oliveira Filho	38.000
Albânia - horizonte vermelho nos Balcãs	
Luis Manfredini	42.000

Pedidos a Editora Anita Garibaldi Ltda., Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511 - CEP: 01317 - Bela Vista - São Paulo, para compras de 30.000 pelo reembolso postal ou cheque nominal, ou vale postal.
Temos ainda as coleções Primeiros Passos, Encanto, Política, História e História da Editora Brasileira e Coleção Teses, Bases e Universidade. Editora Global.

AS ELEIÇÕES NAS CAPITALIS

A direita ganha um trunfo

A vitória janista em São Paulo livrou a direita do naufrágio nacional. E ela se agarra a essa tábua de salvação para armar sua estratégia: pé no breque da Nova República, reforma ministerial a curto prazo vitimando o PMDB, Olavo Setúbal governador em 1986, Aureliano Chaves presidente em 1988. Mas o povo da cidade não gostou do resultado...

"Direita unida jamais será vencida!", gritavam entusiasmados os cabos eleitorais de Jânio, na noite de sexta-feira, no ginásio do Pacaembu, onde se fazia a apuração de parte dos votos. O ex-presidente, com 37,6% dos votos, 3,4% acima de Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, sagrava-se prefeito. Na cidade, porém, não houve festa. A comemoração anunciada para a Avenida Paulista na noite de sábado reuniu umas poucas dezenas de pessoas e terminou não havendo. O eleitorado janista, com seu voto ressentido e silencioso - subestimado em todas as pesquisas - não viu razões para festejos. Seu voto, com exceção da parcela propriamente conservadora, foi muito mais contra sua situação de vida que a favor de Jânio.

OS PLANOS DE SETÚBAL

A alegria estourava, sim, nos círculos direitistas - que viram nesse resultado uma desforra para as derrotas que vinham sofrendo e um contrapeso importante para os resultados nacionais francamente desfavoráveis que colheram. Paulo Maluf, novamente em evidência e com seu inconfundível sorriso outra vez colado ao rosto, exultava, lembrando que em torno de Jânio "só tem gente minha, como o José Camargo, o Fauze Carlos e o Maluli Neto". E proclamava sua candidatura a governador em 86.

A grande articulação da direita em São Paulo, porém, corre por outro leito. Logo na manhã seguinte à abertura das urnas, o ministro Olavo Setúbal, proprietário do poderoso Grupo Itaú e prócer do PFL paulista, fazia o anúncio público e formal de sua intenção de candidatar-se ao governo do Estado. Já no comício final da candidatura Jânio, dia 13, na Praça da Sé, ele usava um discurso de mal disfarçada oposição à Nova República, proclamando que "vamos começar a caminhada rumo a Brasília via Jânio prefeito de São Paulo". O plano consiste em usar Jânio como pé-de-cabra para abrir as portas do Palácio dos Bandeirantes. E partir daí para vãos mais altos, possivelmente com a candidatura de Aureliano à Presidência da República - embora este tenha sofrido um sério golpe com a derrota do PFL por três a um em Belo Horizonte.

Essa gente não é janista. Serviram-se de Jânio - um profissional da demagogia - porque estavam constangi-

dos à defensiva pelos ventos democratizantes e transformadores da Nova República. O próprio Setúbal, em coro com seu correligionário e também banqueiro Herbert Levy, destacou com perspicácia aquilo que julga ser o grande mérito do ex-presidente Jânio Quadros: ser "o único político capaz de atacar os comunistas sem perder a popularidade". Agora, tendo no bolso a vitória em São Paulo, mesmo apertada, partem para tentar a contra-ofensiva.

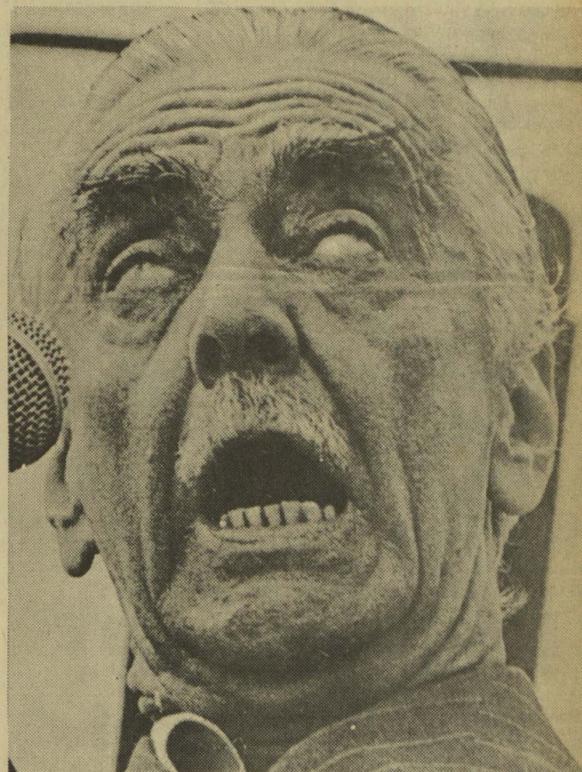
GUINADA CONSERVADORA

No momento, a política da direita não consiste propriamente em partir para o ataque frontal à Nova República. Isto seria abrir o jogo, tirar a máscara e aparecer em público com a mesma carantonha dos tempos da ditadura. A direita prefere usar o trunfo paulistano e as posições de que desfruta, inclusive no mais alto escalão do governo federal, para tentar uma decidida guinada na Nova República no rumo do conservadorismo.

De imediato, isto implicaria em forçar mudanças na equipe ministerial de José Sarney - ou, como a direita costuma dizer com hipocrisia, de "libertar" o presidente. As cabeças que se encontram na alça de mira dos direitistas são exatamente aquelas dos ministros que evidenciaram maior compromisso com mudanças efetivas - como os da Justiça, do Trabalho, da Reforma Agrária. Depois viriam as eleições para a Constituinte e os governos estaduais, e por fim a "caminhada rumo a Brasília" de que falou Setúbal, com as eleições presidenciais.

O MANDATO DE JÂNIO

Estes, porém, são planos, baseados numa única vitória da direita, embora numa capital com todo o peso de São Paulo. Além disso, mesmo em São Paulo, o mandato conferido a Jânio tem características que não podem deixar de serem levados em conta. Além dos eleitores de Fernando Henrique, também boa parte do eleitorado que votou em Eduardo Suplicy sente-se frustrado com o resultado que reconduz a direita à Prefeitura (veja o quadro). E há ainda uma parcela de trabalhadores, que não é conservadora, mas que equivocadamente apoiou Jânio, que nos próximos meses fará o duro aprendizado de que a solução dos problemas do povo está em seguir adiante e não em retroceder.



Jânio: um pé-de-cabra para a direita abrir as portas do Planalto

Jânio agradece ao PT

O PT de São Paulo, a partir deste 15 de novembro, carrega nos ombros uma responsabilidade que passa a ser a sua cruz: ter contribuído, decisivamente, para a vitória de Jânio Quadros na Prefeitura.

A cúpula petista esquivava-se dessa responsabilidade, argumentando que a derrota de Fernando Henrique Cardoso deve ser atribuída aos erros do próprio PMDB, mas isso é apenas meia verdade, quer dizer, meia mentira. É a maior evidência dessa cumplicidade objetiva entre o PT e o janismo está nas próprias declarações do prefeito eleito. "Tenho pelo PT muito respeito. Agrada-me muito tê-lo visto crescer" - comentou Jânio em suas primeiras declarações à imprensa após a apuração.

Outro que ficou satisfeíssimo foi Paulo Salim Maluf, para quem "o Suplicy teve um desempenho admirável e digno dos maiores elogios".

Na realidade, ao longo de toda a campanha a dire-

ção do PT alimentou a discreta esperança numa vitória de Jânio, que torpedeasse o PMDB - adversário principal segundo a ótica oficial petista. Foi uma reedição da mesma linha que, há um ano, pregava o "boicote" ao Colégio Eleitoral mesmo às custas da condução de Maluf à Presidência da República.

Já os eleitores e as bases petistas - conforme vários exemplos - receberam o resultado como uma ducha de água fria. Havia sido levados a crer que Fernando Henrique já estava eleito e portanto não haveria risco algum em "experimentar Suplicy". Muitos hoje já se arrependem.

Propositalmente apolítica, cosmética, conduzida segundo as regras do marketing televisivo, a campanha do PT rendeu-lhe, de fato, cinco pontos percentuais mais que em 1982. Mas custou caro, caríssimo, para os 10 milhões de paulistanos que terão de suportar Jânio na Prefeitura.



PT em campanha: para Maluf, "digno dos maiores elogios"

Belo Horizonte - MG

Vitória folgada de Sérgio Ferrara

Em Belo Horizonte, o candidato do PMDB, Sérgio Ferrara, apoiado pelo PC do B, foi eleito com maioria absoluta de votos: 436.995, 52% do total, contra 168.287, 20,2% dados ao candidato do PFL, Maurício Campos. Os outros candidatos tiveram uma performance eleitoral pouco expressiva.

Ao apoiar Sérgio Ferrara, o PC do B ajudou na reversão da expectativa inicial, que apontava a vitória de Maurício Campos (candidato dos conservadores) por uma larga margem de votos. Os comunistas atuaram em unidade com o PMDB, mas de forma independente, com sua própria legenda, estreitando os laços que unem as forças democráticas e populares e colaborando para a politização da campanha em torno dos grandes temas nacionais.

Rio de Janeiro - RJ

Saturnino Braga vence com 38%

Como já se esperava, o candidato do PDT, Saturnino Braga, venceu as eleições para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Sua votação, no entanto, foi bem abaixo do índice alardeado antes pelo PDT, que esperava ultrapassar a marca dos 50%. Saturnino ficou com 38% dos votos.

O governo estadual colocou toda sua máquina a serviço da candidatura do PDT, que contou ainda com a parcialidade do TRE.

A máquina chaguista também amargou fragorosa derrota. O candidato Jorge Leite, chaguista do PMDB, teve apenas cerca de 8%, mesmo percentual obtido por Marcelo Cerqueira, do PSB e apoiado pelo PC do B.

Rubem Medina, do PFL, não conseguiu sair dos marcos de 18% da votação. Já o candidato do PT, Wilson Freitas, ficou com menos de 1% dos votos, atrás até mesmo de candidatos folclóricos como Carlos Imperial, do PTN.



Kertesz: uma vitória expressiva

Salvador - BA

Kertesz obtém 55,8% dos votos

Uma larga margem de votos a favor do candidato do PMDB, Mário Kertesz - apoiado pelo PC do B, PDT, PL -, é o que apresenta as eleições em Salvador. As últimas informações recebidas até o fechamento desta edição davam conta de que Kertesz obtinha 223.612 votos, 55,8% dos votantes, contra 67.790, apenas 16,9% dados ao candidato da coligação PTB-PDS, Edvaldo Brito. Devido às fortes chuvas, foi grande a abstenção, que aproximou-se de 20%.

O resultado constitui uma significativa vitória das forças democráticas e o repúdio ao famigerado anticomunismo do candidato da direita Edvaldo Brito, que chegou a declarar que Salvador seria transformada em "uma Albânia" se a vitória fosse de Kertesz. Tanto o candidato do PMDB, quanto o PC do B, enfrentaram de forma aberta os reacionários (dirigidos pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães), qualificando a campanha anticomunista como tipicamente "fascista".

Camaçari - BA

Caetano derrota o anticomunismo

Outro golpe contra as forças retrógradas, e em especial contra o anticomunismo, foi o resultado das eleições no pólo petroquímico de Camaçari, onde o candidato do PMDB, apoiado pelo PC do B, saiu vitorioso obtendo 14 mil e 512 votos, 2 mil a mais do que José Tude, do PDS. Um amplo trabalho junto à população da cidade explica a vitória. "Participei da fundação de quase todas as associações de bairros", salienta Caetano. O uso da máquina administrativa (Camaçari é o município com maior arrecadação em todo o país), do feroz anticomunismo e as tentativas de fraudes não foram suficientes para impedir a vitória democrática.

Goiania - GO

Daniel Antônio é o novo prefeito

Daniel Antônio, candidato da coligação PMDB-PC do B, é o novo prefeito de Goiânia. Mas não obteve a vantagem folgada sobre os seus adversários, como se previa. Ficou com 45% dos votos ou 109.646 (o total de votantes foi de 243.009, com uma abstenção de 20%). Em segundo lugar, o PT conseguiu 97.997 votos.

O vereador Euler Ivo, do PC do B, identificou "três tipos fundamentais de

votos que explicam a colocação do PT: o voto de protesto, à esquerda do PMDB; o de funcionários públicos e profissionais liberais e, finalmente, o de setores das classes dominantes, os Caiados, os Valadões, que também concentraram esforços no PT para desmoralizar o governo do PMDB". A condução estreita da campanha (da qual foi excluído até mesmo o governador Iris Resende) acabou desgastando Daniel Antônio.

No município goiano de Anápolis, o candidato do PMDB, Ademar Santillo, derrotou o seu concorrente mais próximo, Pedro Camedo, do PFL, por uma diferença de 16 mil votos. A participação do PC do B, tanto em Goiânia como em Anápolis, foi fundamental para a vitória dos candidatos democráticos do PMDB.

Belém - PA

Uma expressiva vitória do PMDB

Fernando Coutinho Jorge, candidato do PMDB, apoiado pelo PC do B, ganhou as eleições em Belém, com 35.517 votos, 48,86% do total. O candidato do PFL ficou em segundo lugar, com 10.864 votos (14,9%), enquanto o do PDS teve apenas 8.044 (11%). Os candidatos do PFL e PDS desenvolveram intensa campanha anticomunista no rádio e televisão. O PC do B, por seu turno, participou ativamente, inclusive na propaganda gratuita através do sistema de rádio e TV. A vitória do PMDB se baseou numa ampla mobilização popular.

Maceió - AL

Nem com violência PDS evita derrota

O PDS usou de violência até contra mulheres grávidas, mas não conseguiu evitar a vitória do candidato da coligação PMDB-PC do B-PSB em Maceió, Djalma Falcão, que conseguiu 56.184 votos contra 51.561 dados a João Sampaio, do PDS-PFL. De nada valeram os desmoralizados discursos anticomunistas - o PDS contentou-se em atribuir a vitória de Djalma Falcão à boca de urna organizada pelos "meninos da Albânia". O candidato do PCB, Nilson Miranda, ficou apenas com 1.090 votos, só ganhando do candidato do PT, Reinaldo Cabral, com 995.

Fortaleza - CE Governo desgastado dá vitória ao PT

Deu zebra brava em Fortaleza: ganhou a candidatura do PT, Maria Luiza. Até o fechamento desta edição (faltando apurar 90 urnas), ela contava com cerca de 145 mil votos contra 140 mil do candidato do PMDB, apoiado pelo PC do B, Paes de Andrade. Em compensação, os candidatos do PFL, Lúcio Alcântara (apoiado pelo grupo do coronel Adalberto Bezerra), e do PTB-PDS, Antônio de Moraes (apoiado por Virgílio Távora declarou à imprensa que votaria no PDS mas sua preferência, "em segundo lugar, era pelo PT"). Em algumas bocas de urnas registrou-se a união entre PT-PDS-PFL-PTB contra o candidato do PMDB. O resultado expressa, de qualquer forma, um forte sentimento oposicionista, que se voltou inclusive contra algumas atitudes dúbias e antipopulares dos governos estaduais e municipais. Dois fatos que influenciaram grandemente a disposição do eleitorado foram as greves dos professores (tratada com indiferença e descaço pelo governo) e dos motoristas (duramente reprimida, e da qual saiu morto um trabalhador, por razões ainda não explicadas, episódio muito explorado pelo PT nos últimos dias que precederam a eleição).



Jackson: 70% dos votos validos

Aracaju - SE

Jackson recebe 70% dos votos

Em Aracaju, mais de 70% dos votos válidos foram dados ao candidato do PMDB, apoiado pelo PC do B, Jackson Barreto. O eleitorado é de cerca de 120 mil pessoas e o candidato do PDS-PTB, Gilson Garcia, ficou com apenas 9,3% dos votos. Com a expressiva vitória, Jackson Barreto disse que sente-se com "a responsabilidade redobrada para dar prosseguimento ao que foi pregado nas praças públicas e consolidar a Nova República em todo o país".

Natal - RN

Um forte golpe no PDS malufista

A Frente Democrática (coligação entre o PMDB e o PC do B) venceu as eleições em Natal, com os candidatos Garibaldi Alves Filho e Roberto Furtado obtendo 52% dos votos contra 42% da candidatura do PDS, Vilma Maia. Foi um significativo golpe na articulação do PDS malufista. Mais de 100 mil pessoas foram às ruas para comemorar a vitória democrática, "um passo decisivo na luta do povo potiguar", conforme o presidente regional do PC do B, Gláudio Sá.

Jarbas vence a máquina em Recife

As eleições em Recife, depois de uma campanha em que houve momentos de confusão, terminou espeelhando com nitidez o confronto que se deu, entre o movimento popular e democrático da cidade, de um lado, e a máquina do governo conservador de Roberto Magalhães (PFL) de outro. A confusão ficou por conta do fato de ambos os participantes candidatos, Jarbas Vasconcelos e Sérgio Murilo, reivindicarem a legenda do PMDB. Porém assim que ficou mais claro quem era quem, o eleitorado recifense consagrou a Frente Popular do Recife (PSB-PTB-PC do B, mais o PMDB autêntico), conferindo a Jarbas uma vitória que, segundo os resultados parciais quando fechávamos esta edição, já passava dos 30 mil votos de diferença.

Contrariando as pesquisas, as massas do povo pobre deram preferência a



Jarbas Vasconcelos: preferido pelas massas pobres do Recife.

Jarbas Vasconcelos. A coligação com o PC do B teve papel fundamental para esclarecer qual era verdadeiramente a candidatura mais progressista. E a vitória consolidou-se com a boca de urna realizada por mais de 10 mil voluntários - em contraste com o candidato oficial, que gastou dinheiro a rodo inclusive alugando vol-

culos para transportar eleitores.

O candidato do PDT, João Coelho, também beneficiou-se de fartos recursos, conforme chegou a admitir seu correligionário José Carlos Guerra, diretor local do Banerj - o banco do governador Leonel Brizola. Os demais candidatos tiveram uma votação pouco expressiva.

inclusive o PT e o PCB, que tentaram em vão atrair o eleitorado de esquerda.

O DESTINO DO PMDB

Passada a eleição, fica a expectativa quanto aos destinos do PMDB pernambucano, profundamente dividido entre as duas candidaturas. Jarbas Vasconcelos, durante a campanha, repetiu várias vezes o compromisso de retornar à legenda peemedebista, da qual se afastou para poder candidatar-se. E seu retorno, após a vitória, tende a reforçar decisivamente o povo progressista e avançado que se opôs à manobra da ala mais à direita no partido. Dificuldades são previstas, mas sobretudo para os peemedebistas que preferiram se alinhar com o PFL, e saíram derrotados. Afinal o povo recifense, chamado a se pronunciar nas urnas sobre o assunto, deu razão a Jarbas Vasconcelos.



PT não gostou dos ataques a Jânio, Maluf e Delfim...

Pedido do PT faz Federal apreender TO

Às 16 horas do último dia 11, agentes da Polícia Federal entraram na sede da *Tribuna Operária*, em São Paulo, com ordem para apreender o suplemento especial publicado na semana passada. A ação policial atendia a uma representação do PT, que solicitava o recolhimento dos jornais e a responsabilização dos diretores da *TO* de acordo com a lei eleitoral.



...nem do bom senso deste petista

Houve certa surpresa entre os membros do jornal. E o delegado logo esclareceu: "Vocês pensavam que era coisa do PTB, não é?" E mostrou o requerimento, assinado pelo presidente regional do PT, deputado federal Djalma Bom.

A edição apreendida tratava de uma história em quadrinhos, onde um operário consciente conversa com outros colegas, entre eles um janista e um petista. Falam sobre os interesses da classe operária e da luta democrática.

O janista acaba convencido de que não interessa ao povo ficar ao lado do candidato de Maluf e Delfim. E o petista também percebe que não é correto dividir os votos dos trabalhadores, pois isso só favoreceria Jânio Quadros. No final todos aparecem juntos em apoio ao candidato democrático, Fernando Henrique.

Em função disto o PT considerou necessário usar a lei eleitoral elaborada pelos generais, ainda em vigor. O argumento usado é que o suplemento induz a uma posição política. Como a *Tribuna Operária* é evidentemente um instrumento político, os petistas pretendiam ou mudar a posição do jornal, por pressão da Polícia Federal, ou impedir que tal posição se manifeste. Tanto assim que além da apreensão, pedem que os diretores sejam processados pela lei eleitoral - talvez para colocá-los na cadeia.

Evidentemente que o povo tem interesse em impedir que grupos econômicos utilizem a publicidade paga nos jornais para pressionar a imprensa e para fazer campanha eleitoral. Mas é contra as mais elementares normas democráticas tentar impedir que os meios de comunicação defendam os seus pontos de vista. Esta era a prática dos generais.

Aliás, toda a imprensa está aí expondo suas idéias. O *Estadão* favorece Jânio Quadros. A *Rádior Jovem Pan* idem. O PT não se incomodou. O jornal de uma das correntes petistas, a provocadora *Convergência Socialista*, saiu inclusive com uma lista de candidatos apoiados pelo PT, para orientar seus adeptos. O sr. Djalma Bom achou tudo isto normal. Mas em relação a imprensa operária, os partidários de Matarazzo Suplicy apelam para a legislação da ditadura e para a Polícia Federal. E ainda fazem campanha induzindo os eleitores a experimentar o PT por ser diferente de tudo...

Líder do PCB quer desnacionalizar setor dos bancos

"Isto seria um suicídio, ou a mesma coisa que cortar o nariz por ter raiva da cara", comentou o senador Severo Gomes, um rico capitalista de São Paulo, sobre o recente projeto de lei do deputado Alberto Goldman, líder do PCB na Câmara Federal. Sem corar, Goldman propõe que se abra as portas do Brasil aos bancos estrangeiros. Quem diria!

O projeto Goldman realmente fornece motivos de indignação patriótica, não só para Severo Gomes mas para todos os brasileiros e em especial os trabalhadores. O líder do PCB sugere que o governo conceda cartas patentes a bancos estrangeiros para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Abre, com isso, um novo e vasto front na desnacionalização da economia, que nem a ditadura militar, com todo o seu entreguismo, ousou abrir. A recompensa, segundo Goldman, seria uma maior compreensão dos banqueiros internacionais na renegociação da dívida brasileira.

A proposta do deputado parte da posição oficial de seu partido, em favor da renegociação da dívida, ou seja, de um acordo entre a corda e o enforcado - entre os banqueiros que embolsam os juros da dívida e a nação exausta com essa sangria sem fim. Para a renegociação, ele não vacila em acenar para os credores estrangeiros precisamente com o que eles desejam. Não é segredo que os capitais imperialistas, com os americanos à frente, pressio-

nam com o garrote da dívida para obter do Brasil duas concessões fundamentais: o fim da reserva de mercado na informática e a liberação de cartas patentes para os bancos estrangeiros.

Mesmo na equipe do governo Sarney, o projeto Goldman despertou estranheza e rejeição. O próprio presidente do Banco Central (e membro da direção do Bradesco), Fernão Bracher, considerou "desnecessária" uma concessão dessa natureza.

Quanto aos trabalhadores e suas entidades, que defendem a suspensão do pagamento da dívida, a proposta só pode merecer o nome de traição. O setor dos bancos, já altamente monopolizado e espoliativo, com a abertura das portas ao capital estrangeiro se tornaria presa fácil dos apetites neocolonialistas que aguardam há tempos uma oportunidade dessas. Assim, se existe algum mérito no projeto Goldman é unicamente o de mostrar, preto no branco, a que ponto chegou o apodrecimento oportunista no partido de Giocondo Dias.



O direito de coligação, que valeu em 85, pode ser limitado em 86...

Afinal será votada a lei dos partidos

Passadas as eleições, o Congresso Nacional volta a se agitar com um "esforço concentrado" de deputados e senadores, para votar - antes tarde do que nunca, espera-se - questões rigorosamente indispensáveis ao processo de democratização. Na ordem do dia, além da convocação da Assembleia Constituinte (que terminou não sendo votada em outubro, apesar de uma tensa e tumultuada tentativa), a reforma tributária (ou melhor, um primeiro passo para ela) e a nova Lei Orgânica dos Partidos.

Uma mudança em profundidade na legislação partidária tornou-se não só indispensável mas também perfeitamente possível desde a reforma constitucional de maio. De lá para cá, proliferaram siglas reais e fictícias, honestas e de aluguel; o número de partidos saltou de cinco para 30. Uma comissão parlamentar encarregada do assunto, tendo como relator o deputado João Gilberto (PMDB-RS) elaborou um projeto e examinou nada menos que 70 propostas de emenda. A votação da nova lei, porém, não se deu. E como as novas siglas foram apenas habilitadas pela Justiça Eleitoral a concorrerem nas eleições, sem receberem registro, com a passagem do dia 15 cria-se uma situação absolutamente anormal e nada democrática nessa área. Daí a urgência da votação.

DESTAQUE SUSPEITO

O projeto da comissão pode ser descrito como moderada-

mente restritivo se comparado com a legislação das democracias burguesas clássicas. Desce a minúcia na estipulação de normas que, segundo o princípio da liberdade de organização, deviam ser resolvidas por cada partido, em seus estatutos, segundo suas convicções. Representa contudo um avanço se comparado com a lei atual, herdada da ditadura e inaceitável.

Ocorre que as emendas, na maioria, buscam tolher ainda mais a livre organização partidária, chegando em alguns casos a requintes de imposição. Foi via de regra por este motivo que a comissão aprovou parecer contrário a 51 delas, aceitando apenas 19. Entre as emendas recusadas (mas que podem ir a votação e serem aprovadas), uma em particular chama atenção, pelas restrições que poderia criar para o caráter livre das eleições para a Constituinte: é a de número 53, que proíbe as coligações partidárias para as eleições proporcionais.

Apresentada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a emenda 53 tem no entanto padrinhos, e na mais alta cúpula peemedebista. Caso ela viesse a passar, seria legalmente impossível, por exemplo, dois ou mais partidos se coligarem para a eleição de seus deputados à Constituinte. Mesmo que as direções e as bases partidárias concordassem a lei vetaria. O relator João Gilberto e a maioria da comissão manifestaram-se com razão contra essa camisa de força.

Faleceu, no último dia 14, Graciano Fernandes, o popular Dr. Mário - pseudônimo utilizado quando atuava no *Socorro Vermelho*, organização criada sob orientação da

Internacional Comunista. Graciano fez parte do PC do E e era conhecido por Armando Mazzo, primeiro prefeito proletário do país, do município paulista de Santo André.



Quantas bombas havia no Puma que explodiu? o STM não quer saber...

STM recusa apuração do caso Riocentro

Por oito votos contra cinco, o Superior Tribunal Militar (STM) recusou, terça-feira, dia 12, o desarquivamento do caso Riocentro. Embora reste a possibilidade de um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, ficou evidenciado que forças poderosas, nos quartéis, pretendem manter impune um dos episódios mais escabrosos da ditadura militar.

Como se recorda, o caso Riocentro estourou - literalmente - na noite de 30 de abril de 1981, no estacionamento do auditório onde milhares de jovens assistiam a um show de 1º de Maio: uma bomba, ao explodir dentro de um carro Puma ocupado por dois militares dos órgãos de repressão interna do Exército, deixou patente, com evidência de provas flagrantes, o envolvimento desses órgãos repressivos com o terrorismo de extrema direita. O país entrou em crise política e militar, sufocada com a decisão do general Figueiredo de deixar o caso na impunidade. Um inquérito policial-militar forjado à custa de inverdades gritantes, a cargo do coronel (hoje general) Job Lorena, concluiu que o atentado fora obra de desconhecidos, supostamente de esquerda, e ponto final.

Já na Nova República, o coronel da reserva e crítico da ditadura Dickson Graef, chefe da segurança do Riocentro na época, solicitou o desarquivamento do caso, apresentando novos testemunhos de que havia dentro do Puma outra bomba, que não explodiu. Cinco membros do STM votaram pela reabertura, entre eles o ministro e almirante Anderson Cavalcanti, que argumentou: "Não pode e não deve o Poder Judiciário cercear qualquer legítima medida no sentido de ser devidamente

esclarecido este hediondo crime contra a incolumidade pública, pois a impunidade de seus mentores e autores constitui afronta inaceitável à consciência jurídica de toda a nação brasileira". A maioria do STM, contudo, preferiu ignorar as evidências antigas e novas, mantendo o assunto enterrado.

JULGAMENTO DE CASTA

O julgamento do STM recoloca em pauta uma questão que merecerá a atenção dos debates constituintes que se abrem no país. Trata-se das atribuições dos Tribunais Militares, tornadas desmesuradamente vastas sob o regime dos generais. Além de julgar civis, "para repressão de crimes contra a segurança nacional", esses órgãos do Judiciário arrogam-se o direito de cuidar dos casos que envolvam militares "e pessoas que lhes são semelhantes", em processos e julgamentos que, de ordinário, caberiam à Justiça Comum. Cria-se assim, objetivamente, um tipo de justiça de casta, em que os brasileiros fardados têm o privilégio de serem julgados por seus pares. E está preparando o terreno para veredictos tão injustos como o do STM dia 12. Até o momento, só por exceção, como no caso Baumgarten, ocorre de um militar ter de haver-se com a mesma polícia e justiça que tratam dos simples paisanos.

Trabalhadores no Conselho do INPC

O ministro do Planejamento, João Sayad, anunciou na terça-feira dia 12 duas alterações positivas na atual política de reajustes salariais: a criação do Conselho do INPC, formado por representantes dos trabalhadores, além de empresários e do governo; e a determinação da correção salarial com base no INPC acumulado até o mês anterior ao reajuste (e não dois meses antes, como vem ocorrendo).

Os sindicalistas Valdir Vicente de Barros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ e coordenador regional da Conclat, e José Luis Homem da Costa, diretor da CUT-Rio, representarão o movimento sindical no Conselho. Com esta medida, disse o ministro João Sayad, "o cálculo do índice ficará mais transparente e confiável".

De fato, as estatísticas que servem de base aos reajustes salariais não gozam de credibilidade perante a opinião pública. Durante o período do regime militar, a manipulação inescrupulosa da estatística teve papel de destaque na política de arrocho salarial.

A diferença entre a variação real do custo de vida e os índices usados para o reajuste salarial foi gritante. Em 1972, o reajuste foi de 21% quando deveria ser de 39%; em 1973, de 18% contra 38%; e em 74, de 33% contra 45,1%. Em consequência ocorreu uma perda salarial acumulada de 46,5%, segundo o Dieese.

A manipulação de 1973, denunciada pelos trabalhadores, foi reconhecida posteriormente pelo ministro da Fazenda do governo Geisel, Lucros dos Capitalistas.

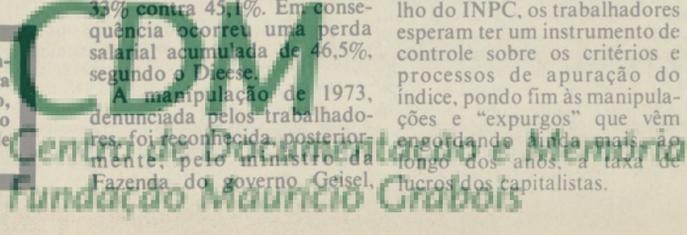


Sayad: a favor da "transparência"

Mário Henrique Simonsen. O poder Judiciário também admitiu a existência dessas irregularidades, ao dar ganho de causa ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo numa ação movida contra a União, cobrando as perdas decorrentes da manipulação do reajuste no período.

Durante a administração Figueiredo, já sem condições políticas para praticar distorções descaradas, o governo usou o subterfúgio dos chamados "expurgos do INPC", em que a alta dos preços e o peso específico de determinados produtos no cálculo do índice variava arbitrariamente a cada mês, em prejuízo dos trabalhadores.

Com sua presença no Conselho do INPC, os trabalhadores esperam ter um instrumento de controle sobre os critérios e processos de apuração do índice, pondo fim às manipulações e "expurgos" que vêm enegocando a inflação há longo do tempo, a taxa de lucros dos capitalistas.



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Onde está mesmo a "diferença"?

Tornou-se comum falar abstratamente em "forças de esquerda" como se fossem correntes progressistas. E a burguesia de certa forma incentiva esta classificação. Ocorre que em muitas áreas populares não é possível às classes dominantes obter apoio para as posições abertamente reacionárias. Atiça então grupos que falam um palavreado radical esquerdista, visando empurrar os trabalhadores para ações aventureiras, inconseqüentes, que isolam as lideranças mais combativas e dividem os setores mais avançados das massas das parcelas politicamente menos conscientes.

MOVIMENTO DE PINÇA

Um exemplo típico desta atividade ocorreu na greve dos metalúrgicos paulistas. O único incidente grave foi fruto da ação provocadora do capitão Nóbrega, conhecido fascista, articulada com o aventureirismo de certas lideranças petistas, que agitaram os trabalhadores para invadir uma fábrica e apedrejar suas instalações. O resultado, que só interessa à burguesia, foi a intervenção brutal da PM, ferindo diversos operários.

No plano político nacional esta combinação também se manifesta, como se fosse um movimento de pinça. A direita se articula, tendo como ponto lança a candidatura Jânio Quadros, com o apoio de Delfim e Maluf. O PT, por seu lado, tenta desmoralizar as conquistas democráticas alcançadas pelo movimento popular e procura empurrá-lo para exigências extemporâneas, que a correlação de forças não permite alcançar, e fora do movimento político em curso. Em relação ao voto do analfabeto, por exemplo, uma conquista importante, que há muito tempo vem sendo perseguida pelo povo, os petistas tratam de menosprezar declarando que "analfabeto agora vota, mas não come" - como fez o deputado Djalma Bom recentemente na televisão. Da mesma forma avacalham o Plano Nacional de Reforma Agrária, que pode servir para abordar a luta pela terra, incentivando a política do "tudo ou nada", que jamais beneficiou os trabalhadores.

COINCIDÊNCIA CONFIRMA

Até mesmo na campanha eleitoral, petistas e conservadores agem de formas semelhantes. Em São Paulo o folclórico Geraldo Costa aparece recitando versos e cantando, apregoando vitória e falando contra a "sem-vergonhice" do mundo moderno, e Matarazzo Suplicy apresenta-se como "diferente de tudo" e vai para um debate de candidatos com uma maleta a tiracolo, da qual saem coelhos, tartarugas, ampuhetas, lupas, bom-bril etc. e igualmente se dizendo vitorioso. Enquanto isto Jânio Quadros troca os sapatos, faz caretas, encena fúrias repentinas. Cada um faz seu teatro.

Mas por incrível coincidência, tive que interromper a redação deste artigo na linha anterior, por intimação da Polícia Federal. A PF, atendendo representação do Diretório Regional do PT em São Paulo à Justiça Eleitoral, assinada pelo seu presidente, o deputado Djalma Bom, veio apreender o Suplemento Especial da Tribuna Operária editado na última semana. Nas outras duas vezes que tivemos apreensão do jornal, foi por ordem do ministro Abi-Ackel.

O PT solicitou a apreensão e a responsabilização legal dos diretores do jornal, nos termos da Lei Eleitoral. A diferença é que Abi-Ackel usava a Lei de Segurança Nacional. Experimente o PT é "diferente".

NA FRENTE DO JÂNIO

Mais lamentável nesta conversa toda é que o Suplemento em pauta, contava uma história envolvendo trabalhadores do PT, do PTB, do PMDB, do PC do B. Mas pelo menos até o momento não chegou nenhuma busca policial em nome dos janistas.

(Rogério Lustosa)

Convenção 87 da OIT

Um assunto tem gerado grande controvérsia em todos os congressos e encontros de trabalhadores realizados no país: a Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que versa sobre "Liberdade Sindical e a Proteção ao Direito de Sindicalização". Mas, afinal, o que é, como surgiu e para que serve esse projeto que, em breve, poderá ser ratificado pelo Brasil sem uma prévia discussão democrática?

A Convenção 87 foi aprovada em julho de 1948, na 31ª sessão da Conferência-Geral do OIT, realizada em São Francisco, EUA. Ela trata especificamente da questão sindical, fixando normas internacionais que servem tanto para as entidades de trabalhadores como para as de patrões. Com apenas 21 artigos, a Convenção apresenta uma fisionomia aparentemente progressista. Ela contempla antigas reivindicações do movimento sindical brasileiro no tocante à tão almejada liberdade e autonomia sindical. Se ratificada pelo Brasil, enterraria de vez uma série de restrições previstas no Capítulo V da CLT, pondo fim à estrutura sindical fascista imposta pelo ditador Getúlio Vargas (ver TO n.º 197).

Os seus artigos 3 e 4, por exemplo, eliminam o atrelamento dos sindicatos ao Estado, o estatuto padrão, o arbitrário enquadramento sindical, as intervenções e cassações de diretorias sindicais legitimamente eleitas. "As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entrar o seu exercício legal" - diz o artigo 3.

De contrabando, um forte incentivo ao plurisindicalismo

Se a Convenção 87 se limitasse a esses artigos, não haveria a menor dúvida em exigir a sua imediata aprovação e aplicação no país. Mas isso não acontece - e aí está o motivo de toda a controvérsia no meio sindical. Ocorre que a Convenção traz embutido um perigoso contrabando: o incentivo ao pluralismo sindical, à divisão dos trabalhadores.

Seu artigo 2 afirma, capciosamente, que "os trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas".

Numa linguagem pseudo-liberal, esse artigo induz a fragmentação do movimento sindical. Qualquer corrente política, ou credo religioso, ou, pior ainda, qualquer patrão, poderia incentivar a formação de um "sindicato" na empresa ou base territorial, o que levaria logicamente ao enfraquecimento da luta dos trabalhadores. Ou seja: os trabalhadores ficam "plena-mente livres" para ver sua principal arma, a unidade, ser destruída.

Através da ratificação da Convenção 87 no Brasil, os capitalistas poderiam tornar realidade um velho e acalentado sonho: o de dividir os sindicatos mais fortes e atuantes. A Volkswagem, que em fins de 1980 tentou em vão organizar o seu sindicato, o chamado "Sistema de Representação dos Empregados" (num período em que a verdadeira entidade de classe dos metalúrgicos de São Bernardo estava sob intervenção dos generais), poderia ter agora seu projeto viabilizado legalmente. O mesmo ocorreria para a Fiesp - poderosa entidade dos industriais paulistas -, que há muito insiste em dividir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 23 fracos e incipientes "sindicatos de ofício".

Não é para menos que dos 96 países que ratificaram a Convenção 87 (150 países são membros da OIT, inclusive o Brasil), na maioria esmagadora impera o plurisindicalismo. Um caso exemplar é o do Japão, onde os empresários estimularam e criaram milhares de frágeis e subservientes sindicatos

Uma ameaça à unidade sindical



De mãos dadas, grevistas de São Bernardo realizam assembléia em 1985: o poder da unidade dos trabalhadores

por empresas (os "segundos sindicatos"), ofícios e partidos políticos. Atualmente, na pequena ilha, existem 73.694 "sindicatos" - enquanto no Brasil, um país de dimensões continentais, existem cerca de 5 mil! O mesmo ocorreu na Alemanha Ocidental; os capitalistas incentivaram a criação de mais de 25 mil "conselhos de estabelecimentos" para enfraquecer a ação unitária da classe operária.

No Paraguai do ditador Stroessner a Convenção é lei

Até ditadores tacanhos e sanguinários, como Stroessner e Ferdinand Marcos, já perceberam o papel nocivo que a Convenção 87 joga contra o movimento operário e sindical. Tanto que no Paraguai e nas Filipinas, assim como em outros países que vivem sob o tãção dos militares reacionários, essa é a lei sindical máxima em vigor - o que desmascara os defensores da Convenção, que argumentam que sua ratificação representa a democratização das relações trabalhistas e da sociedade.

Uma mostra mais apurada, e assustadora, do que poderia acontecer caso o Brasil ratificasse a Convenção 87, é obtida com a leitura das súmulas do Comitê de Liberdade Sindical da OIT. Criado em 1951, o Comitê é um órgão tripartite que tem como função fiscalizar a aplicação da Convenção e investigar a situação sindical em cada país membro da OIT. Suas súmulas são o resumo destas investigações, representando a jurisprudência, o ponto de vista do órgão.

Estímulo à criação de sindicatos com menos de 50 membros

Através delas fica evidente o incentivo ao plurisindicalismo. Na súmula 16, por exemplo, o Comitê "reconhece o direito de todo o grupo de trabalhadores (ou empregadores) constituir um sindicato por fora da agremiação já existente". Justifica essa proliferação de entidades de classe "por razões de ordem profissional, religiosa ou política". Já na 18, defende abertamente a divisão do sindicalismo: "A Convenção 87 não quer fazer do pluralismo sindical uma obrigação, mas pelos menos exige que esta seja uma possibilidade em todos os casos... A imposição da organização sindical única está em contradição com a Convenção 87".

Vale acrescentar também que a "liberdade sindical" pregada pela OIT não é tão ampla assim. Ao avaliar a proibição, em alguns países, da participação dos comunistas nos sindicatos, o órgão deu seu parecer: "Trata-se de uma questão de política nacional interna que escapa à nossa competência e a cujo respeito nos abstermos de expressar opinião". O próprio Comitê reconhece que os capitalistas se aproveitam da Convenção para criar dóceis e fracos "sindicatos por empresa", mas critica qualquer tentativa de evitar essa fragmentação: "A exigência de 50 membros para constituir um sindicato de empresa representa uma cifra, evidentemente, exagerada".

Na próxima semana, a Tribuna Operária mostrará quem são os defensores da Convenção 87 no Brasil e quais os argumentos principais utilizados. Também exporá qual é o verdadeiro papel da OIT.

História desmascara o objetivo da OIT

Uma breve retrospectiva histórica também ajuda a entender qual o real objetivo da Convenção 87. Ela surgiu depois da II Guerra Mundial. Após derrotar o nazifascismo, sindicalistas de vários países viram a necessidade de criar uma norma internacional que servisse para varrer toda a estrutura sindical corporativista herdada de Hitler e Mussolini.

Nesse sentido, em 1946, a Federação Sindical Mundial (com posições revolucionárias) dirigiram-se, conjuntamente, ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas solicitando a elaboração de uma estrutura democrática e autônoma. Posteriormente, a petição foi transferida para a OIT.

No entanto, a formulação dessas normas foi congelada por dois anos. Só em 1948, já no auge da chamada "guerra fria" (quando os EUA, à frente dos países capitalistas, partia para a ofensiva contra a URSS e os partidos comunistas do mundo inteiro), é que foi aprovada a Convenção 87.

O objetivo era claro: temendo o avanço dos comunistas, que já hegemonizavam o movimento sindical em diversos países, pretendiam-se estimular a criação de sindicatos reformistas e pelegos, para defender a manutenção do capitalismo e pulverizar a força da classe operária internacional. Efrén Córdova, perito da OIT no Brasil, deixa claro esse intento ao dizer que "a Convenção 87 se originou da necessidade de reconhecer o fato da pluralidade sindical como uma opção básica dos trabalhadores, frente a rivalidades que caracterizam a evolução do movimento sindical". Segundo ele deixa implícito, quem realmente impulsionou a adoção da Convenção foram os sindicatos americanos e europeus, preocupados com o fortalecimento do sindicalismo revolucionário após a II Guerra Mundial.

É bastante ilustrativo o caso brasileiro. Quem propôs a ratificação da Convenção 87, fazendo-lhe elogios, foi o general Eurico Gaspar Dutra, em mensagem enviada ao Congresso Nacional em 31 de maio de 1949. O mesmo Dutra, que dera um golpe militar e fechara, apenas no ano de 1948, cerca de 470 sindicatos de trabalhadores, mostrava um grande interesse em dividir o movimento sindical já cadastrado. "O novo ato merece a aprovação do Poder Legislativo", afirmava, na exposição de motivos, Ciro de Freitas Vale, ministro da Relação Exteriores do governo Dutra.

Apesar do interesse de Dutra, a Convenção não foi aprovada e passou um longo período de esquecimento no país. Curiosamente, ela só reaparece no cenário nacional dois anos após o golpe militar, em agosto de 1966. Um de seus maiores defensores foi o deputado arenista Flávio Marçílio, ex-presidente da Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional - o mesmo que viria a ser candidato a vice-presidente junto com Paulo Maluf nas eleições do Colégio Eleitoral em 1985.

No entanto, o regime militar

não sentiu necessidade de mexer na estrutura sindical. Conforme explicou Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho da ditadura, não havia porque aprovar a Convenção 87 "tendo em vista as condições do atual momento brasileiro". O "momento" era de rígido controle do movimento sindical, e prisões e mortes de sindicalistas, de cerca de mil sindicatos sob intervenção do governo e de formação e incentivo ao peleguismo (mais de 30 mil "sindicalistas" fizeram cursos de corrupção ideológica nos EUA, entre 1964-1972).

Só quando o regime militar começou a desmoronar e, em contrapartida o movimento operário e sindical se fortalecia, é que a Convenção 87 reapareceu. Tratava-se de substituir a repressão pela divisão. Repentinamente, em 29 de agosto de 1984, a Câmara dos Deputados aprovou a sua ratificação por sugestão da Comissão de Trabalho e Justiça Social, então presidida pelo deputado arquiereacionário Irapuã Costa Júnior.

Tarefa urgente: evitar aprovação da Convenção 87

Agora a Convenção irá para discussão e votação no Senado e, caso seja aprovada, terá prazo de um ano para entrar em vigor no país. Para apressar a sua aprovação, movimentam-se abertamente as forças mais reacionárias da sociedade, contando com a ajuda da CUT e da Igreja. O grosso do movimento sindical brasileiro, que até aqui não foi consultado sobre a Convenção, precisa se manifestar com urgência.

Sem dúvida, é preciso jogar na lata de lixo da história toda a estrutura sindical fascista herdada do Estado Novo e que já dura mais de quatro décadas. Mas está comprovado que a Convenção 87 não é nem de longe o instrumento para isto. A liberdade sindical que ela apregoa, que a burguesia bate palmas e que os divisionistas e enganados fazem coro, é aquela que joga trabalhador contra trabalhador, é apenas um trampolim para o plurisindicalismo no Brasil.

O seu destino deve ser o mesmo da estrutura sindical fascista - a lata de lixo -, já que não é possível aproveitar dela apenas as partes positivas ou incluir um item em defesa da unidade sindical (como propuseram, até recentemente, alguns congressos de trabalhadores). A própria OIT fixou, arditamente, que a Convenção só pode ser ratificada em conjunto, sem mudar uma vírgula!

Para a classe operária, as liberdades democráticas - e aí se inclui a liberdade sindical - só têm valor se servem para estreitar a sua unidade, possibilitando aumentar sua força para enfrentar o poder do capital. No caso, nem a atual estrutura sindical e nem a Convenção 87 servem.

(Altamiro Borges)

DE OLHO NO LANCE

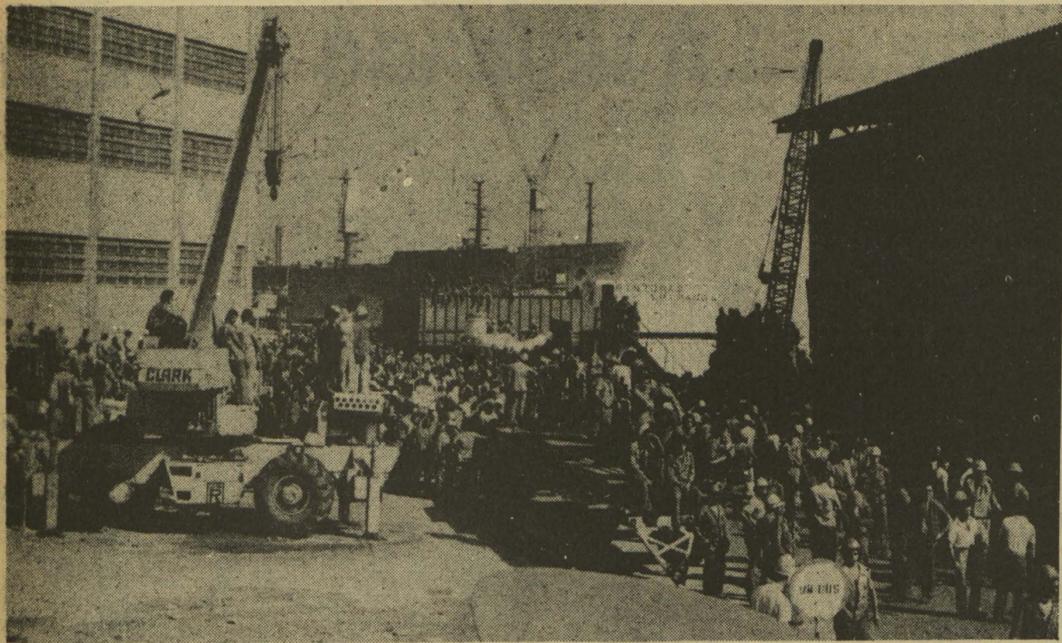
Chave de ouro

O general Euclides Figueiredo foi substituído, sem deixar saudades, no comando da Escola Superior de Guerra. Para encerrar com chave de ouro a sua trajetória no Exército, resolveu proibir o acesso dos repórteres da Rede Globo e Rede Manchete de Televisão à solenidade. Dentro do velho estilo conhecido pelos brasileiros em 21 anos de ditadura, não foi nem ao menos dada qualquer explicação pela medida.

Uma marca registrada do regime militar foi, desde os primeiros dias, o ódio desmedido à imprensa. Julgando-se superiores aos demais brasileiros, os generais sempre acharam desnecessário informar sobre o que pretendiam fazer, assim como sempre repudiaram qualquer opinião contrária às suas. Por coincidência esta foi a mesma postura adotada pelo candidato da direita em São Paulo, Jânio Quadros.

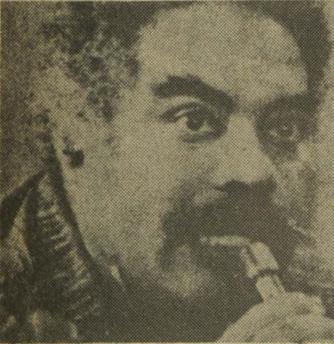
A proibição tem dois aspectos que ressaltam a prepotência: por um lado os generais se consideram donos da ESG e por isto podem proibir a entrada de qualquer pessoa que lhes desagrade - apesar de ser uma instituição pública. Em segundo lugar, violam o livre exercício da profissão de informar. Os repórteres não comparecem a tais solenidades por gosto mas por obrigação do ofício.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Os operários do Estaleiro Mauá não gostaram nada do acordo na surdina feito por Abdias

Líder da CUT oculta acordo e desagrada operários do Mauá



Abdias: "A lei me garante isso"

Um acordo sigiloso assinado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e dirigente nacional da CUT, Abdias José dos Santos, com o Estaleiro Mauá, no valor de Cr\$ 2,2 bilhões, desagradou a categoria, que não foi consultada e sentiu-se lesada. O líder cutista tentou se explicar perante uma assembleia, mas não convenceu. Aflito, esbravejou: "Tenho poderes para fazer o que fiz e a lei me garante isso".

O acordo assinado com o Estaleiro Mauá (CCN) é referente ao processo nº 1.853/71, aberto em 1971 pelos operários, exigindo que a empresa pagasse o prejulgado 24 e a súmula 45 (horas extras nas férias e 13º salário). Passados 14 anos, a Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores e o valor atingiu a cifra de Cr\$ 2.220.000.000. Abdias contratou um advogado particular e, sem conhecimento da diretoria do Sindicato, com exceção do secretário geral, João Cunha, assinou em sigilo um acordo com a empresa, em que ela faria o pagamento em seis prestações.

Tal acordo só veio a público quase um mês depois de ser assinado, quando o assessor jurídico do Sindicato, Adelino Carlos de Oliveira, tomou conhecimento dele e comunicou aos operários. Os cinco diretores de base do Estaleiro Mauá discordaram do acordo feito e denunciaram a conduta de Abdias. Foi convocada uma assembleia para dia 25 de outubro, onde o presidente do Sindicato deveria prestar esclarecimentos.

ABDIAS NÃO CONVENCE

O salão do Sindicato estava lotado no dia. João Cunha, secretário geral, não compareceu. Apenas dois diretores do estaleiro McLaren defenderam Abdias, e foram bastante vaiados. O metalúrgico aposentado José Francisco da Silva Filho, o Caxias, que encabeçou a petição do processo em 1971, criticou o líder cutista e disse que não entendia por que não foi chamado "e feita uma assembleia para ver se a gente aceitava ou não esse acordo".

Abdias deu explicações simplistas, que não convenceram a ninguém. Disse que não comunicou à diretoria porque "sempre tem vazado informações que são do âmbito exclusivo da direção do Sindicato". O presidente do Sindicato também alegou que guardou sigilo das negociações com o Estaleiro Mauá por se tratar de uma quantia muito alta e "eu não queria gerar uma expectativa nos trabalhadores sem as coisas estarem todas amarradas, certinhas, para depois não ficar dando desculpas a toda hora aos trabalhadores".

No encerramento da assembleia Abdias, exasperado, disse que não iria acatar nenhuma decisão tirada dali: "Tenho poderes para fazer o que fiz, a lei me garante". Também causou indignação a sua explicação sobre os Cr\$ 144 milhões, referentes à primeira prestação que deveriam ser depositados na conta do Sindicato, e não apareceram. Abdias alegou que esse dinheiro foi para a "máfia da Justiça".

Servidores querem discutir novo Estatuto

Tomou corpo nos últimos dias o debate da alteração do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. O governo Sarney determinou que a Comissão de Reforma Administrativa, do Ministério da Administração, apreciasse o assunto. Modificações já estão sendo propostas, mas ainda permanece o perigo de que muitas das reivindicações dos funcionários sejam desprezadas.

A Comissão de Reforma Administrativa elaborou um anteprojeto de Estatuto que prevê alterações positivas. Entre elas, o reconhecimento do direito dos funcionários públicos à sindicalização, licença remunerada para atividade sindical, incluindo o afastamento com todas as vantagens para desempenho de cargos classistas, o pagamento do 13º salário e outras.

DEFICIÊNCIAS

Essas alterações ainda dependem de avaliações finais do Ministério da Administração. De qualquer forma, traduzem um comportamento elogiável do governo, que reconhece a necessidade de mudanças na legislação que regula a atividade dos funcionários. A expectativa é de que a versão final do anteprojeto seja submetida ao Congresso Nacional ainda nesse ano.

metida ao Congresso Nacional ainda nesse ano.

A iniciativa do governo padece, porém, de diversas falhas e deficiências. Em primeiro lugar, a própria comissão encarregada de elaborar a nova proposta de Estatuto dos Funcionários não representa o conjunto das categorias empregadas na administração direta do governo federal. "Os previdenciários, por exemplo, não possuem representante algum na Comissão", diz Mônica Nogueira, diretora da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) para assuntos federais.

"No entanto", continua, "nós queremos a participação dos previdenciários, uma categoria que se destacou nas lutas por melhores condições de vida e trabalho nos últimos tempos". Por esta razão tem sido cética a atitude de vários segmentos do funcionalismo em relação aos objetivos do órgão criado pelo governo.

Há também dúvidas sobre várias propostas, inclusive o 13º salário, uma antiga reivindicação dos funcionários "que, contudo, não pode ser adotado às custas de outros direitos, como ocorreu em alguns Estados e Municípios", acrescenta Mônica Nogueira.

A melhor solução, no caso, é submeter o anteprojeto a um amplo debate dentro do próprio funcionalismo, o que possibilitará a elaboração de propostas mais ajustadas aos interesses dos trabalhadores. Além disso, lideranças dos funcionários lembram que as alterações principais deverão ser introduzidas pela Assembleia Nacional Constituinte. Elas entendem que somente com a elaboração da nova Constituição "se poderá propor novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União".

Por outro lado, a elaboração do anteprojeto pela Comissão de Reforma Administrativa pôs abaixo outras propostas reacionárias de Estatuto, que já haviam merecido o repúdio dos funcionários. É o caso de um anteprojeto de lei em tramitação no Senado que previa a manutenção do estágio probatório para servidores concursados pelo prazo de dois anos, não estabelecia que a exoneração do estagiário deve ser precedida de sindicância que demonstre sua inadequação ao serviço e instituiu uma série de outros itens contrários aos interesses dos funcionários.

PONTO DE VISTA SINDICAL

Edison de Souza

Maçariqueiro do Estaleiro Mauá - Diretor de base

Abdias: rumo perigoso

Abdias dos Santos e outros da executiva do nosso sindicato - que seguem a orientação da CUT - têm cometido erros na direção das lutas da nossa categoria. Para compreendermos bem seu suspeito comportamento quando assinou na surdina um acordo lesivo à categoria (o processo 1.853/71), é necessário vermos suas atitudes nas lutas travadas anteriormente.

Em fevereiro passado o presidente do nosso sindicato tomou uma atitude conciliadora e capitulacionista. Por ocasião do escândalo da Sunamam, no qual o Estaleiro Mauá era o principal envolvido, nós, da base, travamos uma árdua luta contra as demissões. Numa das passeatas Abdias pede um minuto de silêncio pela morte de Paulo Ferraz, diretor presidente do grupo CCN-Estaleiro Mauá, que havia se suicidado. Ferraz, enquanto vivo, usou desde a corrupção até a violência para destruir o Sindicato. Em novembro de 1984 contratou homens armados para agredirem diretores e ativistas do sindicato e tentar impedir uma assembleia na porta do estaleiro.

DIVISIONISTA E AUTORITÁRIO

Outro procedimento de Abdias foi no sentido de desmobilizar os metalúrgicos durante as greves de março. No Estaleiro Mauá houve uma assembleia no dia 28 daquele mês e os operários decidiram decretar greve para impedir as demissões. Mas o presidente do

nosso sindicato e toda a executiva orientaram no sentido de suspender o movimento paretista. No Estaleiro Mauá não acatamos esta orientação e fizemos a greve. Ninguém foi demitido. Mas no estaleiro CEC, na assembleia na hora do almoço, Abdias disse que era preciso acreditar no patrão que prometeu não demitir ninguém e aconselhou os operários a continuarem trabalhando normalmente. Resultado: no fim da tarde 170 companheiros foram demitidos.

Outro erro grave da executiva do Sindicato foi o de negociar com os patrões sem antes ouvir os trabalhadores. Por esta atitude, levaram uma tremenda vaia e um coro os taxou de pelegos. Durante o IIº Congresso dos Metalúrgicos, Abdias e toda a executiva do sindicato agiram de forma demagógica, divisionista e autoritária, não aceitando a posição da maioria dos delegados presentes. Chegaram ao ponto de se retirarem do Congresso.

VISÃO ESTREITA

Na sua visão curta e estreita, característica da CUT, não entenderam o significado das recentes mobilizações contra o regime militar. No início da campanha das diretas-já, diziam que isso era coisa da burguesia. Só assumiram esta luta quando milhões de trabalhadores já estavam na rua exigindo o fim do governo Figueiredo. Na campanha de Tancredo, se omitiram, dizendo que Tancredo e Maluf eram a mesma coisa.



A nova legislação deve contemplar as reivindicações mais sentidas do funcionalismo

Trabalhadoras de Goiás realizam o I Encontro

Foi realizado nos últimos dias 9 e 10, em Goiânia, o I Encontro da Mulher Trabalhadora do Estado de Goiás, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaeg). As 80 mulheres presentes, representando mais de 30 municípios, deliberaram pela criação da Comissão Pró-Organização das Mulheres Trabalhadoras. O encontro foi considerado um marco na luta em favor da organização da mulher camponesa em Goiás.

As mulheres constataram que, se a situação do homem no campo é extremamente precária, a da mulher é dramática. Alguns casos ilustram bem esta situação: em Itumbiara, uma mãe colhia algodão enquanto sua filha dormia num buraco de terra, sujeita às cobras; em Goianésia, uma cortadora de cana teve que levar seu filho de colo para a lavoura e, não agüentando vê-lo com fome, foi obrigada a espremer cana e dar para a criança beber.

As trabalhadoras denunciaram a dupla e exaustiva jornada de trabalho que são obrigadas a cumprir. Além de trabalharem na produção de alimentos, do algodão ou da cana, têm ainda a dificuldade e penosa missão de cuidar dos afazeres domésticos. Nos períodos de crise, na entressafra, as mulheres, que sempre são jogadas nos piores serviços, também são ainda as primeiras a sofrerem a violência do desemprego. São muitos os casos de trabalhadoras rurais que foram obrigadas a manter relações sexuais com seus patrões ou com fiscais nas lavouras.

Durante todo o encontro foi muito enfatizada a necessidade da organização das mulheres, seja participando das lutas sindicais em conjunto com os homens, seja através da criação de comissões de mulheres nos sindicatos para reforçar a necessidade de integração da mulher nas lutas específicas e nas lutas gerais de todo o povo. A Comissão Pró-Organização das Trabalhadoras Rurais do Estado, criada no final do encontro, servirá para dar um forte impulso a esses objetivos, conforme concluíram as participantes. A Comissão é formada por combativas lideranças das mulheres no campo (Francisco Mesias, da sucursal)



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Graciano

As mulheres sofrem com a discriminação e a exploração

Médicos paulistas fazem greve exigindo equiparação salarial

Os médicos que trabalham para o Estado e para a Prefeitura de São Paulo estão em greve desde o dia 31 de outubro reivindicando equiparação salarial com seus colegas do Inamps, que ganham Cr\$ 4,2 milhões. Os médicos do Estado têm um salário de Cr\$ 1,8 milhão e os da Prefeitura de Cr\$ 2,1 milhões. Segundo o Sindicato dos Médicos, a paralisação atinge 100% na grande São Paulo e no Estado apenas duas cidades não aderiram: São José do Rio Preto e Santos. Estão parados 8 mil dos 8.400 médicos.

Apesar da greve, estão sendo feitos atendimentos de emergência e os doentes internados estão sendo tratados no Hospital das Clínicas. Foi feito um plebiscito e a maioria

optou pela greve. O governo e a Prefeitura se negam a conceder o aumento, alegando não ter recursos financeiros e por não admitir dar aumentos muito superiores a uma

categoria em relação às outras. Também há greves nos setores da Companhia de Processamento de Dados do Município e nas creches municipais.

SALÁRIO DOS MÉDICOS			
Do Estado			
	Salário mínimo	Salário médio	Salário máximo
Médico 1*	2.160	2.574	7.928
Médico 2	2.276	2.851	8.774
Médico 3	2.545	3.774	9.244
Médico 4	2.784	5.183	10.506
Da Administração Descentralizada*			
Inclui Hospital do Servidor e Hospital das Clínicas			
Médico 1*	2.474	4.777	12.339
Médico 2	3.047	4.777	12.339
Médico 3	3.047	5.470	14.760
Médico 3	3.208	5.756	14.774
Médico 4	3.596	5.493	11.501

* Jornada de quatro horas
Obs: Os dados são referentes a outubro de 85

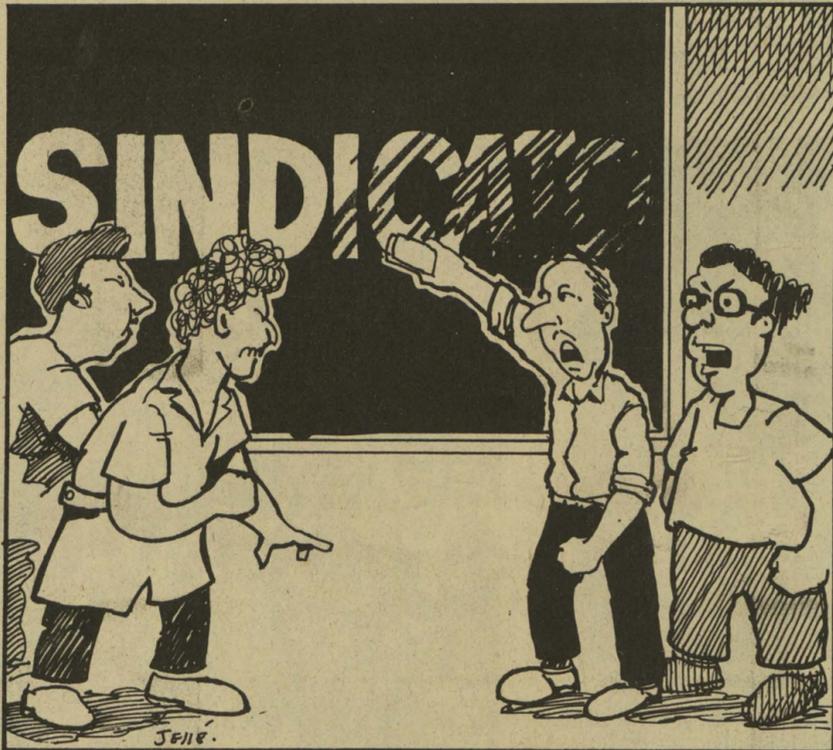
Golpe sujo no Sindicato dos Professores de Pernambuco

Colegas professores. Os diretores do sindicato, James Beltrão, Biu Olivera, Marcus Tullius, Rogério Porto, Pessach Troper, Clênio Jordão, Natanael Sarmiento, Jorge Alves, Heleno Armando, Pedro Ivo e Carlos Menezes renunciaram à tarefa de dirigir a luta dos professores pernambucanos.

Nos dias 12, 13 e 14 de outubro, tivemos um congresso estadual de professores, o qual foi debilitado (cerca de 30 professores), em razão da não inserção na comissão de organização dos membros que dela faziam parte. Entre estes estavam os diretores renunciantes e os que agora tentam tomar de assalto o sindicato: Edmilson Menezes, Alexandre Costa, Celso Alcântara, oriundos da chapa derrotada nas eleições de fevereiro passado.

Esses maus sindicalistas sempre jogaram na destruição da entidade e na divisão da categoria e aliaram-se aos diretores negligentes, divisionistas e camaleões para tentar a qualquer preço uma deposição branca da diretoria. Lançaram através do professor Alexandre Costa, na plenária final do evento, uma proposta de imposição de renúncia coletiva da diretoria e "elegeram" uma junta governativa, para realizar a todo custo novas eleições em março de 86.

Fomos eleitos em eleições diretas e limpas para um



mandato de três anos, de 12/3/85 até 12/3/88. Naturalmente, Antônio Carlos Miranda, Jurandir Pilar, Luís Augusto, Wilson Teles, Aírton Maciel e Marcos de Limoeiro, que não renunciaram e não vamos abrir mão do legítimo direito de encaminhar as lutas dos professores. Os traidores que vão embora!

"Pelo artigo 76, inciso II da Legislação Trabalhista, em decorrência de vacância

de cargos eletivos, e não havendo suplentes, o Ministério do Trabalho determina aos diretores remanescentes que indiquem dentre os associados nomes para ocupar as vagas correspondentes até o final do mandato".

Face a este parecer da Delegacia Regional do Trabalho, os renunciantes voltaram atrás, e, ao invés de renunciarem, conforme haviam feito no Congresso, instalaram uma comissão pró-eleições, o que deixa

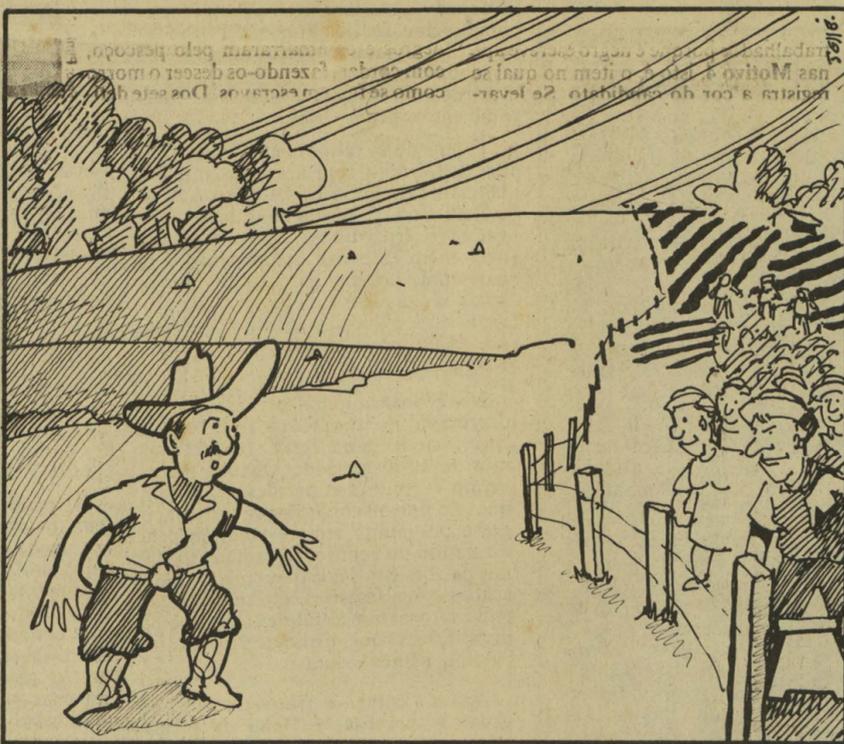
claro que os diretores renunciantes e aqueles que sempre fizeram os professores correr das assembleias, estão dispostos a tumultuar os encaminhamentos das lutas da categoria. Basta ver que o piso salarial da professora do pré-escolar e 1º grau menor é de Cr\$ 415.796, enquanto o salário-mínimo é de Cr\$ 600.00. A categoria interessa novas eleições ou reposição salarial? (Jurandir Pilar, membro da diretoria do Sindicato dos Professores, Recife, Pernambuco)

"Queremos uma reforma agrária ampla"

Depois que o presidente da República assinou a lei da reforma agrária, aumentou consideravelmente os conflitos entre posseiros e latifundiários, especialmente nos estados do Pará, Maranhão e Goiás. A atual reforma agrária pode ser considerada o doente com a receita mas sem o principal, que é o remédio. Ao invés de sanar a situação, faz agravar mais. Enquanto a reforma não for ampliada e decidida, continuará de mal a pior.

Precisamos de uma reforma agrária completa e imediata. Precisa-se deter a fúria assustadora dos latifundiários nos constantes crimes, assassinando brutalmente os indefesos trabalhadores que vivem sofrendo para ganharem o pão de cada dia para saciarem a fome, não se falando do vestuário e demais coisas indispensáveis para a sobrevivência.

A reforma agrária no seu teor, no sentido lato da palavra, não confronta com a existente que nos deixa muita a desejar. O trabalhador vive esfomeado, maltrapilho, sem remédio e trabalha muito. Mas, acontece que trabalha para o latifundiário. O trabalhador planta a muda da banana e zela até o tempo de produzir o cacho, colhe e quando madura, fica com a casca e o miolo entrega para o latifundiário de mão beijada. É a verdadeira escravatura branca disfarçada em liber-



dade. Jamais melhoraremos se não houver uma reforma agrária ampla e completa.

Um dos fatos mais interessantes é que os mandantes e os praticantes dos crimes contra os indefesos trabalhadores ficam impunes; às vezes ainda ganham proteção dos governos. Vamos para o ano de 1986 em que haverá eleições para gover-

nador, senador, deputado federal e estadual e os trabalhadores não devem votar em latifundiários. Os presidentes dos sindicatos devem orientá-los a respeito.

Devemos, unidos erguermos a bandeira sagrada da causa do trabalhador, não somente do trabalhador rural como de todos os trabalhadores das diversas

categorias. Os governos não se interessam pela reforma agrária, nem os senadores e os deputados. Os trabalhadores tem uma arma poderosa que é o voto. O voto é uma metralhadora decisiva. Os trabalhadores não podem votar em latifundiários e os que votarem devem ser punidos. (Jerônimo Pereira, Aruanã, Goiás)

Ministro fala sobre a terra em Minas

Aconteceu em Montes Claros no dia 1º de novembro um importante debate sobre a reforma agrária, com a participação do ministro Nelson Ribeiro e do líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, além de deputados, lideranças camponesas e trabalhadores rurais de várias cidades do norte de Minas e áreas de conflito como Cachoeirinha, Manga e Jaíba.

O ato, que foi uma promoção do diretório do PMDB com apoio da prefeitura municipal, lotou totalmente as dependências do Cine Montes Claros com

cerca de 2 mil pessoas. Além do PMDB, o único partido que esteve presente foi o PC do B, com representantes de Montes Claros e Pirapora. Eles deram ao ato um alegre e combativo colorido vermelho com suas bandeiras e estandartes, surpreendendo algumas pessoas e alegrando a maioria com sua presença, agora aberta e ostensiva.

Antes de chegar a Montes Claros o ministro Nelson Ribeiro esteve em Cachoeirinha, no município de Janaúba, onde há mais de 20 anos perdura um conflito ainda não totalmente resolvido entra as várias famílias que estão na terra desde o

tempo de seus avós e alguns grileiros que se dizem donos. Esse conflito já gerou mortes de ambos os lados.

Segundo o ministro, "a reforma agrária é uma aspiração secular dos brasileiros para pôr fim ao modelo fundiário vigente no país".

O prefeito municipal Luís Tadeu Leite, do PMDB, analisando corretamente o novo PNRA proposto, disse estar ele "muito aquém das reais necessidades de reforma agrária da nação". Mas lembrou que ele deve ser apoiado como passo inicial na busca de uma solução para o problema da terra.

A posição defendida pelo prefeito Luís Tadeu foi amplamente respaldada pelos trabalhadores. Alguns chegaram a ir além, dizendo que a verdadeira reforma agrária vai ser conquistada no campo, na luta, e não através de um plano tímido como esse.

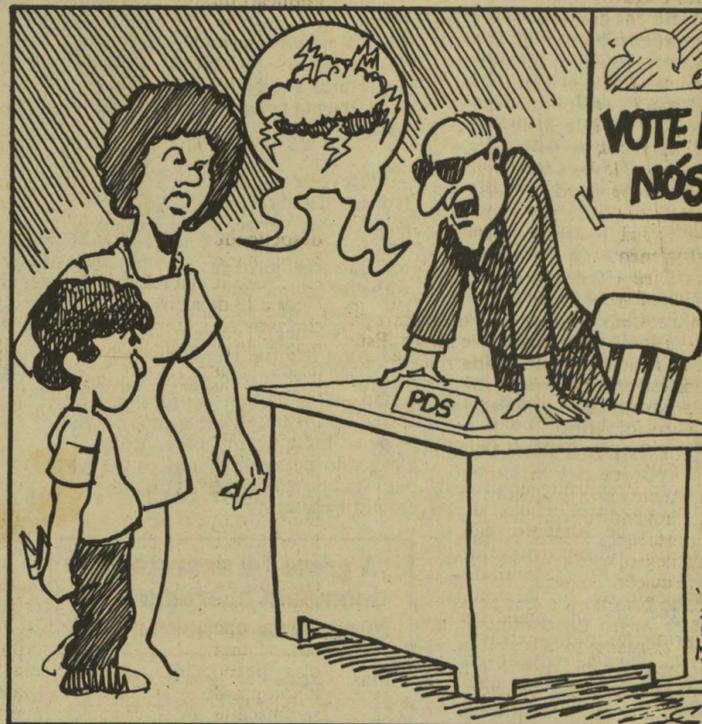
Ao final os trabalhadores rurais saíram com a certeza de que, por pouco que seja, alguma coisa mudou e que o primeiro passo está sendo enfiado na busca da definitiva justiça fundiária na região e no país. (da sucursal de Montes Claros, Minas Gerais)

Um diretor do Sindicato dos Professores de Recife nos escreve contando a jogada suja armada por alguns elementos inescrupulosos da diretoria, visando apenas seus interesses próprios e sem se preocupar com o enfraquecimento da entidade. Tal fato nos mostra a necessidade da categoria se manter alerta contra os abusos praticados por esse tipo de elementos. Fala o Povo está aberto para estas denúncias que visem a unificação e o fortalecimento das entidades sindicais dos trabalhadores.



fala o POVO

(Olívia Rangel)



Moradora é insultada por assessor do PDS em Cuiabá

Gostaríamos que vocês publicassem o depoimento de uma senhora que luta conosco na Associação de Moradores do Tijucal, um núcleo da Cohab de Cuiabá. É interessante para mostrar o desprezo que as autoridades têm pelo povo, principalmente os mais pobres.

Dona Terezinha foi na Cohab para pedir que trocassem sua casa que é só sala e cozinha juntas e um banheiro, por uma maior, porque são onze pessoas na casa: ela, o marido e nove filhos. Chegando na Cohab, esta senhora encontrou o dr. Agranji (até o ano passado era assessor do governador Júlio Campos, do PDS). Esse senhor, quando ouviu dona Terezinha pedir uma casa maior, a abordou: - Você já veio aqui fazer chantagem

com o pessoal da Cohab?

- Não, que chantagem - perguntou dona Terezinha.

- Os pobres - disse dr. Agranji - procuram fazer chantagem, porque sabem que na época de eleição a gente precisa dos votos dos pobres.

- Não - respondeu dona Terezinha - os ricos também, só procuram os pobres na véspera da eleição porque aí eles vão precisar dos votos dos pobres para serem eleitos. Aí eles vêm com abraços e beijos nos pobres para os pobres votarem neles. Aí eles sabem que os votos dos pobres têm valor.

Com isso o assessor virou as costas e saiu de fininho. (Eliane, Cuiabá, Mato Grosso)

UPES presente no congresso dos secundaristas de Santos

No dia 10 de novembro realizou-se em Santos o II Congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) da Baixada Santista. Estiveram presentes 95 delegados credenciados e diversos observadores de várias escolas da região.

O congresso foi organizado por uma comissão de Centros Cívicos, pois a entidade se encontrava totalmente desfalcada devido à política aparelhista e imobilista da diretoria anterior. A característica do congresso foi de reconstrução. Os estudantes agora deverão ter uma entidade representativa e que lute por

seus interesses.

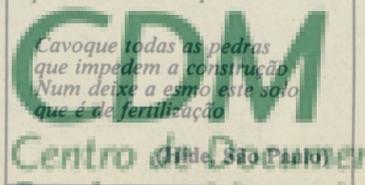
O plenário aprovou entres outros pontos, apoio às mudanças democráticas levadas à frente pelo governo Nova República. Também foi aprovada uma campanha pela reconstrução dos grêmios estudantis. A diretoria da UMES mudou de face depois da eleição da nova diretoria. Estavam presentes ao congresso cinco diretores da entidade estadual e secundaristas paulistas. Neste próximo será realizado dia 30 de novembro festa de posse da nova diretoria UPES, em sua sede na capital. (Ilynete, do departamento de escolas públicas da UPES, São Paulo)

Revolução

Viver marginalização num será teu destino qu'esse num existe não É pro causa do solo donde assentou tua geração

Bote estercos na terra seca num fique na acomodação Plante semente nova levante já outro pendão

D'uma gente sofrida que num espera compaixão Espera justiça, luta prá uma terra de promessa



Ao PC do Brasil

Grito teu nome partido com força, com orgulho, e a emoção me consome ao lembrar os camaradas que se foram, e a ordem social ainda não mudou

Avante camaradas! À vitória, com amor, com ternura, e a violência devolvida à sua origem

A luta dos que se foram é o hino para o novo mundo.

Liberdade virá, com a queda dos mediocres pela força de nosso ideal. Eternamente.

Racismo na sociedade brasileira

Clóvis Moura

Os negros brasileiros - assim como das camadas oprimidas da nossa população - estão comemorando a data de 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Os negros brasileiros escolheram a data em que o herói Palmares, Zumbi, foi assassinado para protestar perante as classes dominantes racistas contra o grande logro histórico, social, econômico e cultural que foram vítimas com a chamada abolição de 13 de maio de 1888.

Oficialmente comemora-se com festas e discursos laudatórios o dia 13 de maio como aquele dia no qual a princesa Isabel, num ato de magnanimidade e altruísmo, concedeu liberdade aos escravos. E com isto todos se iguaram em direitos e oportunidades na sociedade brasileira. Desta forma, os negros foram iguais aos brancos na cidadania e, a partir daí, tinham de lutar, em pé de igualdade, a sua posição na sociedade democrática que apresentava para eles. Historiadores, sociólogos e cientistas políticos, de modo geral, passaram a afirmar que fora criada uma **democracia racial** no Brasil, e se os negros se encontram atualmente na situação inferiorizada em que estão é porque não tiveram capacidade de lutar no nível em que as brancas lutaram para se impor. Este absurdo julgamento nada mais é que um estereótipo através do qual se procura justificar o grande logro de que o negro foi vítima.

LEGADO REVOLUCIONÁRIO

Após estas considerações iniciais retomemos ao significado da data de 20 de novembro. Ela marca a tomada de consciência étnica, cultural e política do negro, ao escolher como símbolo de afirmação da sua presença na sociedade brasileira o dia em que o maior negro do continente americano foi assassinado. Zumbi representa um legado revolucionário que ainda não foi devidamente avaliado pelos membros da intelectualidade brasileira. Lidera a última fase da resistência da República de Palmares, mostrou-se política, militar e culturalmente comandante como poucos na história social do Brasil. A República de Palmares, por outro lado, também não é conhecida e a sua importância avaliada os seus devidos termos.

Palmares foi o maior exemplo de resistência ao escravismo fora do continente africano. Durou de 1620 até 1695, ano da morte de Zumbi. Resistiu durante todo este tempo a inúmeras expedições contra ela enviadas e o momento foi destruída depois que se organizou um exército maior de que aquele que os holandeses trouxeram e com o qual ocuparam Pernambuco. A República possuía pelo menos 17 cidades (mocambos) e uma população de cerca de 30 mil pessoas, elevadíssima para a época. Criou uma economia comunitária, na qual não havia a propriedade privada e não se dava objetos de uso pessoal. Instalou uma agricultura policultora através da qual supria os palmarinos de tudo aquilo de que necessitavam, guardava o excedente para as épocas de lazer e ainda tinha excedente para comerciar com os pequenos sítios da região. Criou uma economia de abundância que entrava em contrastes com a que produzia o latifúndio escravista, baseado

nos interesses dos senhores de escravos que destinavam a produção feita através de trabalho escravo para ser enviada ao mercado consumidor europeu, enquanto a população nativa morria de fome. Palmares foi destruído a ferro e fogo pelos bandeirantes mercenários, porque representava um símbolo de liberdade, mostrava aos oprimidos da época a possibilidade de uma saída alternativa para o sistema escravista.

DA ESCRAVIDÃO AO DESEMPREGO

Destruída a República de Palmares, morto o seu líder, a escravidão continuou, sendo abolida somente em 1888. O Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo. E como esta abolição foi feita? Quando o trabalho escravo não era mais rentável e o negro deveria ser descartado porque se desejava criar no Brasil uma civilização **branca**, pois foi o padrão étnico escolhido pelas classes dominantes como superior. A escravidão já se decompunha. No ano de 1882 para uma população de 4.912.293 pessoas, o Brasil tinha 1.433.170 trabalhadores livres, 656.540 trabalhadores escravos e 2.822.583 desocupados. Esta grande massa de desocupados já era constituída de escravos, na sua maioria sexagenários. Com o 13 de maio de 1888 a parcela de escravos se incorporará a essa grande massa de desocupados, sem possibilidades de conseguir emprego, marginalizada e perseguida. Cria-se, por isto, logo após a proclamação da República, o crime de **vadiagem**...

Por outro lado, de 1827 a 1889 entram, somente para São Paulo, um total de 940.684 imigrantes, número maior do que o de escravos que foram libertados com a chamada Lei Áurea. Isto é: o mercado de trabalho é inflacionado naquilo que tinha de mais dinâmico e é preenchido pelo trabalhador europeu, enquanto os não-brancos, de um modo geral, são discriminados pelo preconceito racial. A ideologia do branqueamento passa a ser mecanismo de bargagem que funciona até os nossos dias.

Esse preconceito barra a ascensão social das populações não brancas, especialmente do negro. Em 1893 os imigrantes, segundo o sociólogo Florestan Fernandes, entravam com 79% do pessoal ocupado nas atividades manufatureiras; com 85% do pessoal ocupado nas atividades de transportes e conexos; com 71,6% do pessoal ocupado em atividades comerciais. Sua participação nos estratos mais altos ainda era pequena (pois 86,31% dos proprietários e 19,4% dos capitalistas eram estrangeiros). Contudo nenhum negro ou mulato era incluído nesta esfera. 87 anos depois, o recenseamento de 1980 registrou o mesmo processo de bargagem e, no nível de padrões, 79% são brancos, 16% pardos e apenas 1% é constituído de negros.

PATRÕES RACISTAS

Em 1942 o professor Oracy Nogueira publicava uma pesquisa intitulada "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor". Não havendo, ainda, a chamada Lei Afonso Arinos, os empregadores não tinham nenhuma reserva em declarar nesses anúncios a sua preferência por empregados ou empregados brancos. Com o tempo, o código de linguagem desses anunciantes modificou-se um pouco e eles colocam no texto a necessidade do pretendente ter **boa aparência** ou pedem um retrato antes da entrevista. Os negros quando encontram esses anúncios nos jornais nem vão procurar o emprego, porque sabem que ali negro não tem vez. Quando o momento é de crise e o desemprego aumenta, este mecanismo de seleção racista se refina e se agudiza.

Recentemente quem denunciou publicamente este estado de coisas foi o



Soldados cariocas amarram negros pelo pescoço, como nos tempos da escravidão

coordenador regional do SINE (Sistema Nacional de Emprego), Nirtes Monticelli Breda. Para ele os índices de discriminação por parte dos empregadores estão ficando alarmantes. Os empregadores, segundo seu depoimento, exigem, para admitir funcionários ou operários, um tipo de seleção racista. Ainda segundo ele, o Sine tem tomado providências contra tal estado de coisas, denunciando-se, inclusive, à Delegacia Regional do Trabalho. Mas, a situação não se modificou.

Afirma uma psicóloga que ali trabalha que a discriminação chegou a tal ponto que há um código de linguagem cifrado na interpretação das fichas dos candidatos. Quando um deles é recusado, quando o empregador rejeita um trabalhador porque é negro escreve apenas **Motivo 4**, isto é, o item no qual se registra a cor do candidato. Se levarmos em conta que essas constatações são para serventes, arrumadeiras, auxiliar de escritório, cozinheiro e vigia, pode-se ter uma idéia do nível de preconceito e discriminação que há no mercado de trabalho brasileiro.

CRISE E PRECONCEITO

Com o mercado de trabalho oferecendo-se mão-de-obra em desproporção ao nível de absorção do seu dinamismo econômico, o preconceito se manifesta mais violentamente. Para o coordenador do Sine, o que está havendo é uma deturpação "decorrente das atuais condições do mercado de trabalho, com oferta da mão-de-obra crescendo na medida em que o número de vagas diminui". Nesta situação - segundo ele - a crise se manifesta visivelmente e o preconceito racial se apresenta mais agudamente.

Podemos ver, porém, que não é apenas nos momentos de crise que a discriminação se manifesta. Conforme dissemos, o professor Oracy Nogueira fez uma pesquisa num período normal da nossa economia e os níveis de preconceito registrados foram alarmantes. O preconceito, portanto, é uma constante. Manifesta-se como um fator de seleção negativo, de peneiramento, para usarmos uma terminologia sociológica, contra o negro e o não-branco

em geral que termina compulsoriamente desempregado e, em consequência, marginalizado, para ser preso pelos órgãos de repressão institucionais.

Acontece que em um País no qual há 26.091.985 habitantes sem rendimentos na zona urbana e 14.654.032 na zona rural, o negro desempregado é preso por **vadiagem** e, depois dessa passagem pela polícia, agrava-se mais a sua situação e perspectivas de trabalho, muitos caindo, por isto, na faixa da delinqüência do pobre.

Como uma prova desta discriminação odiosa, em 1982, no Rio de Janeiro, nos morros de Coqueira Grande e Coroa, soldados do 6º Batalhão da Polícia Militar prenderam sete negros e os amarraram pelo pescoço, com cordas, fazendo-os descer o morro como se fossem escravos. Dos sete detidos somente um foi autuado por vadiagem, pois os outros tinham ocupação definida. Mas, o racismo dos órgãos de repressão não apura antes, discriminações prendendo sumariamente para somente na delegacia saber se são criminosos ou inocentes. Tudo isto bem demonstra como a discriminação contra o negro no mercado de trabalho atira-o ao desemprego compulsório e desta forma ele passa a ser visto como uma tendência inata do negro.

No mesmo ano em que a polícia carioca praticava a ignomínia que relatamos, em São Paulo o senhor Benedito Pio da Silva economista dos GAP, ao tempo do governo Maluf, propunha medidas defensivas a favor da pureza racial da nossa sociedade. Elas consistiam em um plano nacional de esterilização dos negros e pardos. Alegava esse conspícuo representante da "ciência econômica" que, pelo Censo de 1980, os negros e pardos haviam crescido **assustadoramente**, e fazia uma projeção segundo a qual no ano 2000 seriam a maioria da população. Isto para ele significava uma ameaça social e propunha tal medida para salvaguardar a sociedade deste **perigo negro**.

Em consequência deste logro social e das barragens atuais contra o negro produzidas das mais diversas formas



Foto: Plínio Nicácio

atualmente, segundo dados oficiais 62% da população negra em idade de trabalho em São Paulo encontram-se desempregados. Esta proporção na Grande São Paulo é muito maior do que a encontrada para a população branca. Isto mostra como os mesmos critérios odiosos de que foi vítima quando assinada a chamada Lei Áurea continua atuando presentemente. Com o aumento do desemprego e havendo todas essas cargas de bargagem e medidas de peneiramento social, econômico e cultural, evidentemente que o negro, por uma contingência inexorável, irá compor a grande faixa de marginais e de criminosos que praticam o chamado crime do pobre. E com isso se agravam os estereótipos contra ele que vai ficando cada vez mais aliado do mercado de trabalho e jogado às franjas marginais da sociedade.

É contra este logro histórico, social, cultural e psicológico que os negros se encontram no Dia Nacional da Consciência Negra, reivindicando, ao mesmo tempo, a formação de uma sociedade mais justa na qual os trabalhadores brancos e negros possam construir a riqueza comum, e o trabalho seja garantido a todos, sem distinção de cor, sexo ou nacionalidade.

LIVROS - REVISTAS - POSTERS
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS
EXPOSIÇÕES
ARTE PAU BRASIL
ESPACO ALTERNATIVO
RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SÁB., 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

Tribuna Operária

Endereços: Rua Adonir Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318 - Centro - CEP 44100. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 0113213 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira, 27 - Centro - CEP 40000.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6A - CEP 44060.
Pernambuco: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vendiano IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeira do Itaipirito: Praça Gerônimo Mon-

teiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aquirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroco, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Bon Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59900. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua

Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. LUIZ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, 1/ 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravali, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Compositores, Post-Top e Fotolito: Litor. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jones. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 160 mil
Anual popular (52 edições) Cr\$ 80 mil
Semestral (26 edições) Cr\$ 80 mil
Semestral popular (26 edições) Cr\$ 40 mil
Trimestral (13 edições) Cr\$ 20 mil
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

CDM

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Endereço da carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adonir Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318

O Brasil vota na democracia

Abertas as urnas, ficou comprovado: os brasileiros querem aprofundar as mudanças iniciadas pela Nova República. Mais: querem o aceleramento dessas mudanças. A vitória esmagadora dos candidatos identificados com o progresso no conjunto do país foi uma demonstração inequívoca de que o Brasil quer o avanço, quer a liberdade, quer o progresso.

O sentimento geral do povo brasileiro foi no sentido das mudanças, das transformações progressistas iniciadas pela Nova República. Isso foi demonstrado pelos votos nos candidatos mais avançados, mais comprometidos com a democracia - candidatos, no geral, do PMDB. Mas também pelo grande número de brasileiros que não se limitaram ao voto, mas abraçaram também tarefas concretas no dia 15, como a realização do trabalho de boca de urna. Foram indicativas do desejo de participação política por parte do povo.

Candidatos democratas consagrados nas urnas

Esse foi, sem dúvida, o fator fundamental para a vitória dos que apoiam a Nova República em Florianópolis, Curitiba, Goiânia, Salvador, Belo Horizonte, Belém, Natal, Cuiabá, Aracaju, Boa Vista, Campo Grande, Rio Branco, Macapá, Maceió, Manaus, Porto Velho, Teresina, Vitória. E também para a vitória de Jarbas Vasconcelos em Recife. Apesar de não ter saído pela sigla do PMDB, devido ao domínio dos setores conservadores na convenção deste partido, Jarbas Vasconcelos é um peemedebista histórico, e recebeu o apoio - e os votos - da maior parte do PMDB recifense (veja na página 3).

Também nas cidades consideradas áreas de segurança nacional, que só agora tiveram o direito ao voto para prefeito, o PMDB elegeu a maioria dos prefeitos. É o caso de Marabá, no Pará - onde o candidato do famigerado major Curio amargou o pó da derrota e o PMDB sagrou-se vencedor; de Camacari, na Bahia; Anápolis, em Goiás; Paulínia, em São Paulo. No Paraná, todos os 12 municí-

pios do interior onde ocorreram eleições foram ganhos pelo PMDB; em Minas Gerais, nove, das 13 cidades que elegeram prefeitos, deram a vitória ao PMDB. No Mato Grosso, as duas únicas cidades com eleições, além da capital, votaram no PMDB.

Reacionários aproveitam a divisão dos democratas

Um outro aspecto deve ser ressaltado ao se olhar o mapa eleitoral surgido no 15 de novembro: nos locais onde as forças democráticas se dividiram, as forças de direita, conservadoras, conseguiram algum êxito.

Foi o que, lamentavelmente, ocorreu em São Paulo. Maluf, Delfim Netto, Herbert Levy e Olavo Setúbal se uniram para apoiar Jânio Quadros. O PDS não lançou candidato à prefeitura paulistana, e o PFL coligou-se com o PTB para dar sustentação à candidatura do ex-presidente-fujão. A atuação do PT, trabalhando abertamente na divisão dos democratas, aumentou o campo de ação dos reacionários. De outra parte houve uma timidez das forças democráticas, em particular do PMDB, em promover a mobilização popular pelas mudanças. Em determinados locais, disputas menores, dentro das próprias fileiras democráticas, colocaram os interesses pessoais e de grupo à frente da grande luta geral pelo fortalecimento da democracia. O conjunto desses fatores acabou resultando na vitória de Jânio Quadros. (veja matéria na página 3). Também em São Luís, Maranhão, a dispersão dos democratas resultou no desafogamento do PDS.

A atuação diversionista, dos que se opõem à Nova Repú-

blica, mas ainda são vistos como forças progressistas por amplas parcelas da população, também impediu uma vitória de correntes mais conseqüentes da vida política nacional em Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde venceram os candidatos do PDT, e em Fortaleza, onde, contra todas as expectativas, deu o PT na prefeitura.

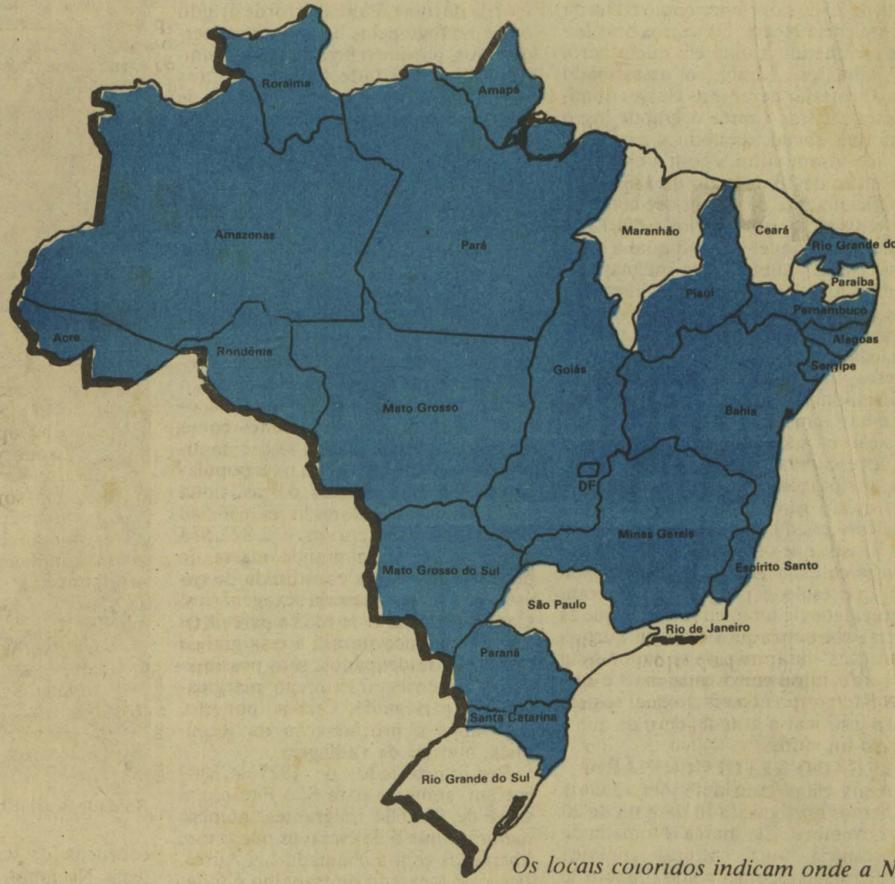
Tanto o PDT quanto o PT não escondem sua hostilidade à Nova República e às forças democráticas. O PDT chegou a se aliar com o partido de Maluf e dos generais, o PDS, em Florianópolis e Cuiabá, acumulando derrotas em ambas as capitais. No caso do Rio de Janeiro, onde o partido de Brizola elegeu Saturnino Braga prefeito, houve dificuldade de se encontrar um candidato democrático de unidade.

Renovação dos quadros políticos democráticos

É de se salientar, ainda, a renovação dos quadros políticos das forças democráticas. Novas lideranças, com disposição de mudar, foram guindadas à chefia dos governos municipais de Recife (Jarbas Vasconcelos), Aracaju (Jackson Barreto), Curitiba (Roberto Requião), Maceió (Djalma Falcão), Cuiabá (Dante de Oliveira), dentre outros.

A atuação dos comunistas foi outro fator de destaque no conjunto da campanha eleitoral. O PC do B absteve-se de lançar candidatos. Preferiu garantir a unidade das forças democráticas, possibilitando assim melhores condições de vitória sobre os reacionários. Em capitais como Recife, Maceió, Aracaju, Manaus, Belo Horizonte, Florianópolis, o partido do proletariado salientou-se pela pregação da unidade dos democratas.

No conjunto do país ficou claro o desejo de mudanças, de transformações mais profundas na vida política, econômica e social do país. Um fator que, sem dúvida, terá suas conseqüências na batalha da Constituinte, o próximo grande embate político a ser travado.



Os locais coloridos indicam onde a Nova República foi vitoriosa nas capitais.

Atuação destacada do PC do B nas eleições

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) teve uma destacada participação nestas últimas eleições. Sua política se pautou pelo apoio aos candidatos mais progressistas, em sua maioria do PMDB, e em muitos locais o trabalho de seus militantes foi decisivo para a vitória, como foi o caso da eleição em Recife, onde saiu vitorioso Jarbas Vasconcelos.

Sem medir esforços, o partido jogou tudo para apoiar os candidatos que representavam o avanço e a consolidação da democracia. Em São Paulo o PC do B colocou 15 mil pessoas para fazer boca de urna e em outros locais o esforço não foi menor, como em João Pessoa onde havia dois mil "boqueiros" do partido. Este trabalho feito com despreendimento angariou simpatias da população. Em vários locais o material dos comunistas foi disputado pelos eleitores.

CONSERVADORES BATIDOS

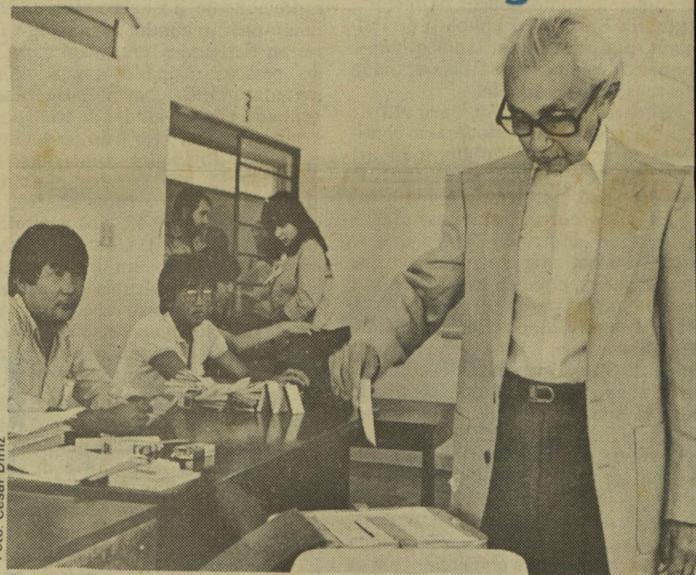
O resultado desta atuação em conjunto com os setores democráticos e populares da sociedade foi a derrota dos candidatos conservadores na maioria das capitais. A esse respeito a Comissão Nacional Executiva do Partido Comunista do Brasil lançou uma nota, que transcrevemos na íntegra:

"As eleições municipais indicam ainda uma vez a potencialidade das forças democráticas e populares em todo o país. Os

candidatos conservadores e de direita foram batidos em quase todos os lugares, inclusive em seus antigos redutos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Onde os candidatos democráticos foram mais incisivos na defesa das liberdades, das mudanças, do programa democrático da Nova República e não aceitaram as discriminações nem os preconceitos reacionários, a vitória foi bastante expressiva. Contudo, em São Paulo venceu a direita por estreita margem de votos. Nesta capital atuou em torno de Jânio Quadros a força organizada do poder econômico que jogou tudo para derrotar o PMDB. A derrota pode ser atribuída aos seguintes fatores: 1) a concentração das forças reacionárias em torno de Jânio, dispondo de imensos recursos de propaganda e de corrupção eleitoral; 2) a ajuda

decisiva do PT que agiu com força auxiliar da direita na dispersão dos votos democráticos - o voto no PT tornou-se objetivamente um voto favorável à reação; 3) a visão estreita do candidato do PMDB no que diz respeito a uma política eleitoral voltada fundamentalmente para as massas populares.

Não se deve subestimar a vitória da direita em São Paulo nem tampouco superestimá-la. É vulnerável e precária. O povo recolherá a experiência do dia 15 e há de preparar-se melhor para os novos embates que começam hoje mesmo em função das eleições para a Constituinte. A grande batalha entre as forças democráticas, progressistas, e as forças reacionárias e fascistas vai adquirir projeção e profundidade bem maiores".



O voto de João Amazonas na democracia, em São Paulo

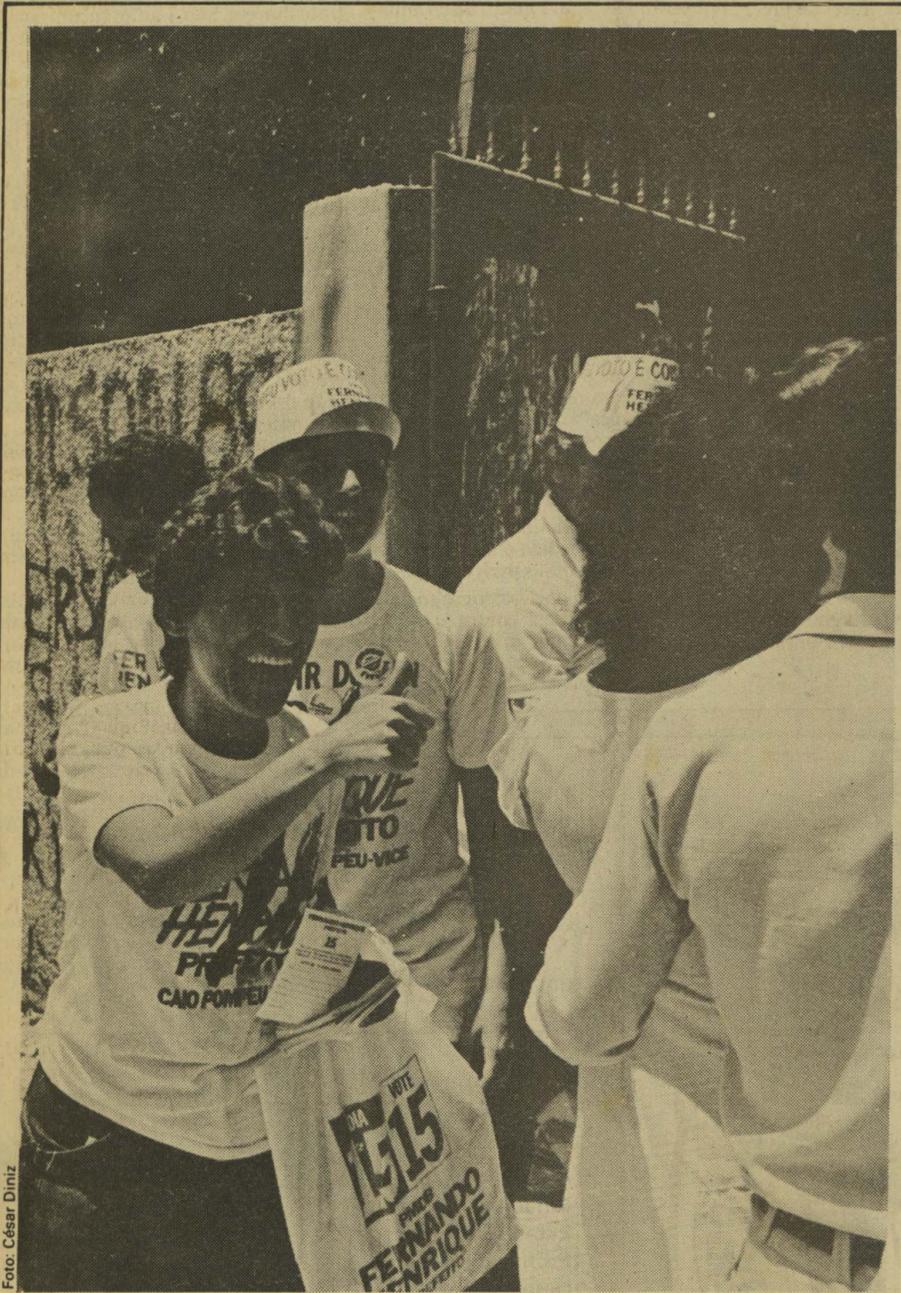


Foto: César Diniz

Foram milhares em todo o país: gente simples, consciente, ansiosa de participação política, os "boca de urna". Nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro, eles foram para as sessões eleitorais, orientar eleitores e ganhar votos para os democratas. Sua participação abnegada revelou o empenho da gente do povo em construir a democracia, não só através do voto, mas trabalhando na conquista da opinião pública.

A fragorosa derrota do PCB

Juntamente com o PDS, o grande derrotado em 15 de novembro foi o PCB. Devido à sua política sem princípios, o agrupamento revisionista obteve magros votos e ainda contribuiu para dividir as forças democráticas, favorecendo a reação - a exemplo do PT. Agora, o partido paga pela fragorosa derrota, com a debandada de militantes descontentes.

A revolta nas fileiras revisionistas não é para menos. Nesta eleição o agrupamento evidenciou sua postura oportunista. Enquanto poucos defendiam a união das forças progressistas, a direção central cedia às pre-

tensões carreiristas de alguns caciques, lançando candidatos próprios.

O resultado foi desastroso. Em Recife, o candidato do PCB, Roberto Freire, teve menos de 10 mil votos (nas eleições de 82 para a Câmara Federal, ele obteve 11.466 votos na capital). Já em Cubatão, o candidato revisionista Marcelo Gato conseguiu apenas 765 votos, ficando atrás dos votos nulos (967) e brancos (821). Em 82, ele obtivera 10.105 votos em Cubatão para deputado federal. O mais lamentável na história que o PCB viveu foi a decisão decisiva para que o can-

didato malufista e ex-interventor na cidade proletária, José Osvaldo Passarelli (PFL), fosse eleito prefeito com apenas 35 votos de vantagem sobre o candidato progressista Armand Campinas (PMDB-PC do B).

A fragorosa derrota gerou ainda mais cisões no partido revisionista. Na cúpula impera a discórdia, com os caciques se atacando mutuamente. E na base reina o descontentamento dos jovens e desiludidos militantes. Em Cubatão, por exemplo, a maioria da juventude do PCB já pediu seu afastamento do partido, afirmando que o partido é burguês e oportunista.

